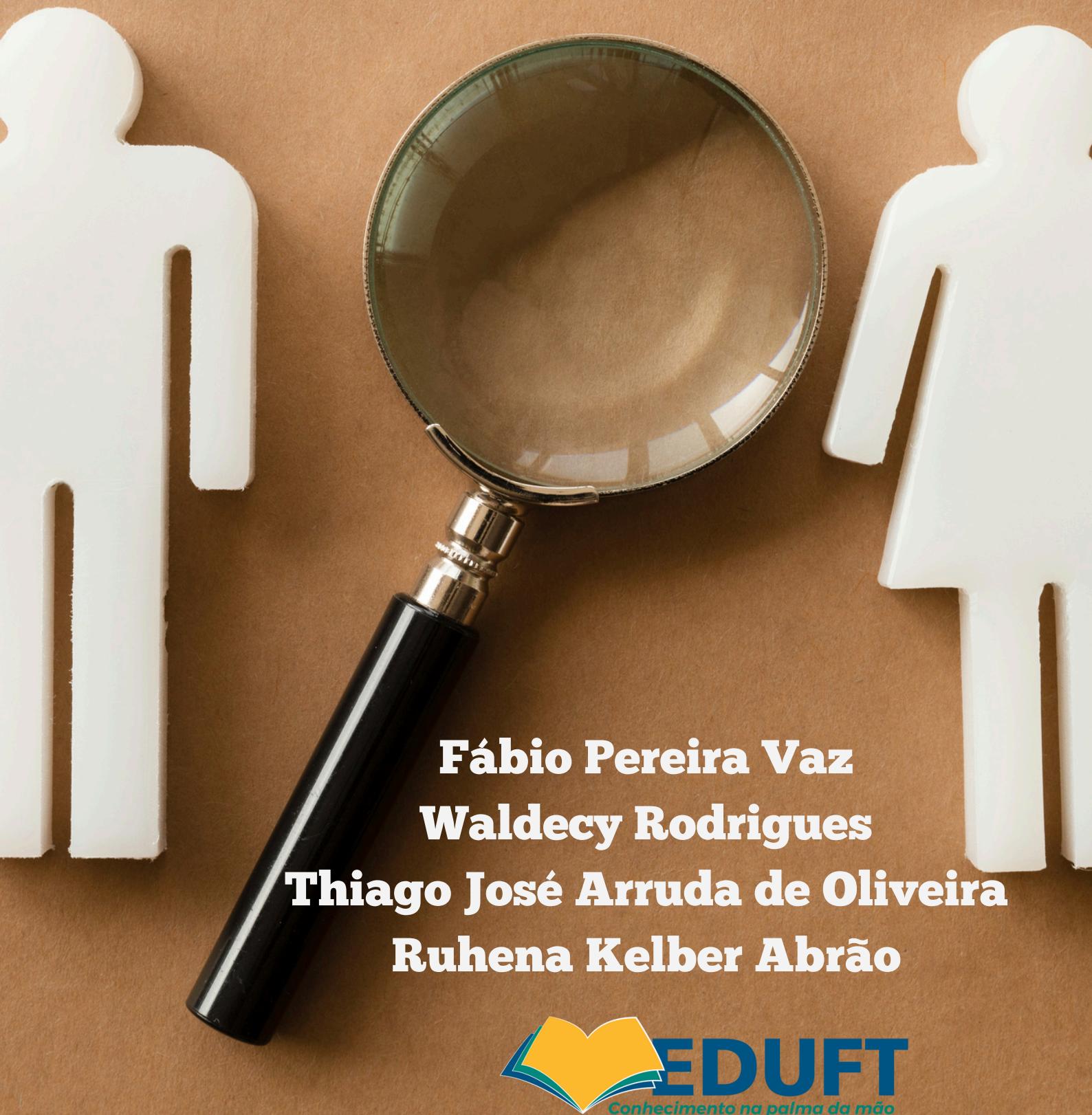


A Captação de recursos e a qualidade de vida de idosos no município de Palmeirópolis/TO



**Fábio Pereira Vaz
Waldecy Rodrigues
Thiago José Arruda de Oliveira
Ruhena Kelber Abrão**

**FÁBIO PEREIRA VAZ
WALDECY RODRIGUES
THIAGO JOSÉ ARRUDA DE OLIVEIRA
RUHENKA KELBER ABRÃO**

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS: QUALIDADE DE
VIDA DE IDOSOS NO MUNICÍPIO DE
PALMEIRÓPOLIS – 2015 a 2019.**

**FÁBIO PEREIRA VAZ
WALDECY RODRIGUES
THIAGO JOSÉ ARRUDA DE OLIVEIRA
RUHENKA KELBER ABRÃO**

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS: QUALIDADE DE
VIDA DE IDOSOS NO MUNICÍPIO DE
PALMEIRÓPOLIS – 2015 a 2019.**

Volume 1

1^a Edição

RUHENA KELBER ABRÃO (ORG)

Capa: Ruhena Kelber Abrão

Revisão Linguística: Nicole Medeiros Rocha

Revisão Técnica: Fabrício Bezerra Eleres

Diagramação: Lucas Salazar Borges Lira

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C254

A captação de recursos e a qualidade de vida de idosos no
município de Palmeirópolis/TO / Ruhena Kelber Abrão
(organizador), Fábio Pereira Vaz, Valdecy Rodrigues,
Thiago José Arruda de Oliveira (autores). 1. ed.--
Palmas, TO : EDUFT, 2024.
v.1, 147p. ; il.

Bibliografia: p. 129-147
ISBN: 978-65-5390-082-9

1. Envelhecimento. 2. Idosos - Qualidade de vida -
Palmeirópolis (TO). 3. Recursos públicos - Gestão. 4.
Políticas públicas - Planejamento. 5. Educação Pública -
Gerência financeira. I. Abrão, Ruhena Kelber. II. Vaz,
Fábio Pereira. III. Rodrigues, Valdecy. IV. Oliveira, Thiago
José Arruda de.

CDD: Ed. 23 - 371.206

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PALMEIRÓPOLIS - TOCANTINS.....	19
3 .POLÍTICAS PÚBLICAS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, ATENDIMENTO AOS VELHOS.....	25
4. METODOLOGIA.....	90
5. DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
SOBRE OS AUTORES.....	148

EPÍGRAFE

*Belo é o que emociona, mexe conosco, seja pelo êxtase, pelo incômodo, pela admiração, pela alegria, pela meditação, pela vibração. Por isso, para nós o belo é sagrado, pois o sagrado é o que faz a vida vibrar em nós, e nos leva a respeitar o Mistério.
Bela profissão essa nossa!*

Mário Sérgio Cortella

PREFÁCIO

A gestão de recursos é uma prática fundamental em diversos contextos, sejam eles empresariais, governamentais ou pessoais. Trata-se do processo de planejamento, alocação, utilização e monitoramento dos recursos disponíveis, sejam eles financeiros, humanos, materiais ou tecnológicos, com o objetivo de atingir metas e objetivos específicos de forma eficiente e eficaz.

No âmbito empresarial, a gestão de recursos é crucial para o sucesso de uma organização. Ela envolve a alocação adequada de capital, gerenciamento de pessoal, otimização de processos e utilização eficiente de tecnologia. Uma gestão eficaz dos recursos pode levar a uma maior produtividade, redução de custos, aumento da lucratividade e vantagem competitiva no mercado.

Na esfera governamental, a gestão de recursos é responsável pela administração dos recursos públicos, garantindo que sejam utilizados de forma transparente e em benefício da sociedade como um todo. Isso inclui o planejamento e execução de políticas públicas, a gestão de orçamentos e a supervisão de programas sociais e investimentos em infraestrutura.

Em nível pessoal, a gestão de recursos refere-se à administração do próprio tempo, dinheiro e habilidades. Isso envolve o estabelecimento de metas financeiras, o desenvolvimento de um orçamento pessoal, a priorização de tarefas e o investimento em educação e desenvolvimento profissional.

Independentemente do contexto, a gestão eficaz

de recursos requer habilidades de planejamento, organização, análise e tomada de decisão. É importante também considerar a sustentabilidade e o impacto a longo prazo das decisões tomadas na gestão dos recursos, visando não apenas o sucesso imediato, mas também a preservação dos recursos para as gerações futuras.

À época da escrita de dissertação que culminou nesta obra, o, hoje Secretário Estadual de Educação, o professor Me. Fábio Pereira Vaz, ocupava outro espaço de Gestão (XXXXXX). Hoje, acumulada a experiência de gestão de outros espaços percebo, nos espaços que atuo junto a sua figura que o mesmo comprehende que a gestão de recursos na educação é um elemento essencial para garantir a eficácia e a eficiência do sistema educacional.

Ela abrange diversos aspectos, desde a alocação de verbas até o planejamento e desenvolvimento de políticas educacionais.tais como Orçamento: Uma gestão eficaz de recursos na educação envolve o estabelecimento de um orçamento claro e transparente. Isso inclui a alocação de fundos para diferentes áreas, como salários de professores, compra de materiais didáticos, manutenção de instalações escolares e programas educacionais. Priorização de necessidades: É importante priorizar as necessidades mais urgentes e importantes dentro do sistema educacional. Isso pode incluir a identificação de áreas carentes que necessitam de investimento adicional, como escolas em regiões desfavorecidas ou programas para alunos com necessidades especiais Desenvolvimento de pessoal: A

gestão de recursos na educação também envolve o investimento no desenvolvimento profissional dos educadores. Isso pode incluir programas de treinamento e capacitação para professores, bem como a contratação de pessoal qualificado para cargos administrativos. **Tecnologia educacional:** O uso eficaz da tecnologia pode melhorar significativamente a qualidade da educação. Isso pode incluir a compra de equipamentos tecnológicos, como computadores e tablets, bem como o desenvolvimento de programas educacionais baseados em tecnologia.^[5] **Monitoramento e avaliação:** Uma gestão eficaz de recursos na educação requer um acompanhamento constante dos gastos e dos resultados obtidos. Isso inclui a avaliação do desempenho dos alunos, a eficácia dos programas educacionais e o impacto das políticas implementadas. **Parcerias e colaborações:** A colaboração com outras instituições e organizações pode ajudar a maximizar o impacto dos recursos disponíveis na educação. Isso pode incluir parcerias com empresas locais, organizações sem fins lucrativos e outras instituições educacionais.

Em resumo, a gestão eficaz de recursos na educação é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso requer uma abordagem estratégica e cuidadosa para a alocação de recursos, com foco na maximização do impacto e na melhoria dos resultados educacionais e que, de forma geral, também são contempladas na obra A Captação de recursos e a qualidade de vida de idosos no município de Palmeirópolis/TO

Desejo a todos uma excelente leitura!

Profa. Ma. Sandra Franklin Rocha Viana

1. INTRODUÇÃO

O tema deste estudo refere-se à captação de recursos, por meio das políticas públicas de atendimento à pessoa idosa no Município de Palmeirópolis.

Segundo Vergueiro (2016), Diretor Executivo da Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR), teoricamente, a captação de recursos é o processo estruturado, desenvolvido por uma organização, para pleitear as contribuições voluntárias de que ela precisa, sejam elas financeiras ou outros recursos, buscando as doações com indivíduos, empresas, governos, outras organizações e etc. Desta forma, captar recursos é ter uma equipe pronta para analisar as possibilidades em realizar tais captações, que podem ser recursos financeiros e ou prestações de serviços. Exemplificando, segundo Vergueiro (2016, p.01), “a captação de recursos representa para as organizações da sociedade civil o que a área de tributos representa para a administração pública” (trazer o dinheiro via impostos e taxas).

Já Políticas Públicas é um conjunto de ações de governo que irão produzir efeitos específicos na vida dos cidadãos, neste caso, direcionados a realizar um diagnóstico das políticas públicas voltadas ao atendimento à pessoa idosa (SOUZA, 2006).

Explicitando que políticas públicas são um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacional, estaduais e municipais), com participação direta ou indireta de entes públicos ou

privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico, ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição Brasileira (1988) e têm intenção política e administrativa.

No sentido de discutir a captação de recursos atrelada às políticas públicas, entende-se que “a implementação de políticas públicas é um processo dinâmico e não linear. Ela ocorre na fase do processo de políticas públicas em que as decisões de política pública se traduzem em ações” (BRANCALEON; YAMANAKA; CASTRO; CUOGHI; PASCHOALOTTO, 2015, p.7).

Existem cinco tipos principais de avaliações administrativas que combinam diferentes tipos de atividades de monitoramento e avaliação de impacto por parte dos gestores públicos: avaliação de esforços, avaliação de desempenho, de processo, de eficiência e de eficácia. O estudo não é voltado à avaliação, mas à captação de recursos e sua execução, consequentemente, o que será avaliado. As ações também serão avaliadas pelos usuários.

Segundo Azevedo (2003), o conceito de políticas públicas é definido como tudo que um governo faz e deixa de fazer e, também, pode retratar as suas omissões. Entre os diferentes tipos de políticas públicas, destacam-se três: redistributivas, distributivas e regulatórias.

Políticas públicas redistributivas: redistribuem a renda em forma de recursos ou financiamentos de

equipamentos e serviços públicos. Como Azevedo (2003) cita: a diminuição do IPTU para populações de baixa renda e o aumento para as pessoas que vivem em mansões de luxo.

Políticas públicas distributivas: atendem grupos específicos. Têm o objetivo da oferta de equipamentos e serviços públicos setoriais. Por meio de orçamento público é que financiam a implementação, por exemplo: iluminação pública, pavimentação de ruas e doações de equipamentos para deficientes físicos, política tradicional no Brasil.

Políticas públicas regulatórias: visam regular determinados setores, criando normas para o funcionamento dos serviços públicos. Normatizam as políticas redistributivas e distributivas(AZEVEDO, 2003; SOUZA, 2006).

Com o objetivo de entender as políticas públicas, as questões do direito, da cidadania, antes, temas exclusivos das manifestações de grupos sociais, passaram a ser legitimadas pelo Poder Público (ABRANCHES, AZEVEDO, 2004). A legitimação ocorre por meio da criação de instâncias políticas, que permitem a participação da sociedade organizada nas questões do Estado, por exemplo, os Conselhos.

A Constituição Brasileira de 1988, também destaca a livre organização da sociedade – através dos sindicatos, movimentos sociais, associações – e incentiva a participação destes atores no espaço da política pública, via Conselhos Populares e Órgãos Colegiados em diversas áreas: saúde, educação, habitação, cultura e assistência social. Coloca-se para a

sociedade organizada a tarefa de discutir sua política pública de participação junto ao Estado.

O estudo a ser desenvolvido pretende avaliar o projeto de atendimento à pessoa idosa, por meio de ações sociais promovidas pela Secretaria de Assistência Social no Município de Palmeirópolis, com base na captação de recursos no período entre 2015 e 2019.

Atualmente, um dos grandes gargalos dos municípios é a escassez de recursos para manutenção e viabilização de ações. No caso do Município de Palmeirópolis, a Secretaria de Assistência Social optou por investir e captar recursos para implementar e melhorar a vida dos idosos, visto eles estarem numa fase da vida que precisam de apoio e auxílio, pois, na maioria das vezes, a sociedade os vê como problemas, esquece da contribuição social que realizaram, bem como, a contribuição econômica que os mesmos fizeram e fazem em nossa sociedade.

Neste sentido, também faz parte das discussões do estudo, conhecer se a Secretaria de Assistência Social, visto ser o Órgão, juntamente com a gestão municipal, que capta os recursos, preocupa-se com a felicidade dos usuários do Centro do Idoso, pois, segundo Rodrigues(2007, p.17),“as pessoas felizes demonstram ter resultados diferenciados em diversos domínios de sua vida” e esta felicidade pode ser percebida nos velhos atendidos pelo Centro do Idoso de Palmeirópolis.

A longevidade, de maneira geral, é o desejo da grande maioria da população mundial, desde que seja

com qualidade de vida. Atualmente, no Município de Palmerópolis, segundo dados do IBGE (2019), a população corresponde a 7.659 pessoas, destas, cerca de 737 são pessoas maiores de 60 anos, ou seja, 10% da população de Palmeirópolis são de pessoas velhas.

Segundo o Ministério da Saúde (2007), para o ano de 2050, a expectativa de vida no Brasil, bem como em todo o mundo, é de que existirão mais idosos que crianças abaixo de 15 anos, fenômeno esse, nunca antes observado. Nesse sentido, garantir o direito do idoso, ampará-lo e criar leis para a referida demanda são questões necessárias, tanto para a atualidade, quanto para o futuro, uma vez que nossa sociedade, em breve, será formada, majoritariamente, por velhos. É importante destacar que com a pandemia do novo coronavírus, alguns dados em relação aos números de idosos tendem a ser revistos, uma vez que os idosos são o público vulnerável diante da contaminação do vírus.

Nessa perspectiva, segundo Carvalho Filho (1996), a velhice é um processo dinâmico e progressivo, em que as mudanças orgânicas vão se alterando continuamente e o organismo vai se tornando mais suscetível às agressões que poderão levá-lo à morte. Beauvoir deixa claro que não é a velhice que leva a morte, mas poderá, pelo desgastes normais dos órgãos e que, durante a velhice, a pessoa pode produzir e ser feliz durante esse ciclo de sua existência (BEAUVOIR, 1990).

Seguindo a reflexão de Beauvoir (1990), Carvalho Filho (1996) e outros autores que fazem parte

da discussão, as pessoas velhas podem e devem produzir e ser felizes. Nesta perspectiva, muitas instituições no Brasil desenvolvem atividades voltadas ao atendimento dos velhos, diferente dos trabalhos que as Instituições de Longa Permanência (ILP)fazem.

A UNATI (Universidade Aberta da Terceira Idade) realiza um trabalho de oferta de lazer e educação aos velhos. Pode-se tomar como referência o estudo realizado pelas autoras (ELTZ G. D.; ARTIGAS, N. R.; PINZ, D. M.; MAGALHÃES, C. R. 2015), que teve por

objetivo descrever o panorama dos programas que têm como foco a inserção do idoso. Foi enviado um questionário para 368 Instituições de Ensino Superior. Dentre estas, 51 responderam ao questionário e 26 destas possuíam algum programa. A partir das respostas, pôde-se concluir que a UNATI oferta programas destinados a alguns segmentos das pessoas idosas e contribui, significativamente, no processo de envelhecimento de seus participantes.

Este outro estudo sobre o trabalho da UNATI teve como objetivo identificar e analisar o conteúdo e a estrutura da representação social de um programa universitário para idosos a partir da aparência deles. A amostra foi composta por 138 idosos atendidos na UNATI- UERJ. A coleta de dados foi realizada pela técnica de associação livre, a partir do estímulo indutivo - “UNATI” e a análise pela técnica de quatro casas. Foi contado com o auxílio do software EVOC. Os resultados sugerem que existe uma representação muito positiva desses programas universitários para os

idosos, embasada em valores morais hegemônicos na sociedade, como conhecimento e aprendizado, mas também, destaca sua função social, levando ao estabelecimento de laços de amizade, unidade, alegria, valorização do idoso e integração social (SIMONEAU, OLIVEIRA, 2011).

Pode-se considerar que o atendimento desenvolvido pela UNATI, conforme trabalhos correlatos apresentados anteriormente, assemelha-se ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social no atendimento aos velhos e velhas da cidade de Palmeirópolis no Estado do Tocantins. No Centro do Idoso, é ofertado: lazer, alimentação, confraternização, atividades educacionais e cidadania para as pessoas mais velhas, considerando-as como patrimônio social, ofertado pela gestão do Município um atendimento valoroso e respeitoso. É por meio do trabalho da Secretaria de Assistência Social, que a gestão capta recursos para melhoria dos atendimentos sociais que ocorrem no Centro do Idoso.

É de fundamental importância destacar que, a partir dos conceitos utilizados por PAPALÉO NETTO, (2002) dentro de uma visão biogenética, compreende-se que o envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto, cujos componentes estão intimamente relacionados. O envelhecimento é conceituado como um “processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando

incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte” (PAPALÉO NETTO, 2002, p.10).

O trabalho de dissertação está distribuído da seguinte forma: na sessão 02, apresenta-se o lócus municipal da pesquisa, Palmeirópolis; na sessão 03, trata-se das políticas públicas de atendimento à pessoa idosa e dos demais elementos que compõem o debate: o Estatuto do Idoso, a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal do Idoso de Palmeirópolis, o Fundo Municipal do Idoso e a Captação de Recursos; na sessão 04, a metodologia da pesquisa, os instrumentos, a coleta de dados e a discussão sobre a escala da felicidade, envolvendo os velhos atendidos pelo Centro do Idoso; na sessão 05, discussões e resultados; após as conclusões, seguidas das referências e anexos.

2. PALMEIRÓPOLIS - TOCANTINS

Esta sessão destina-se a apresentar o município lócus da pesquisa, uma vez que atende a população de velhos e velhas, residentes no município, colocando em prática as ações de políticas públicas voltadas para esta população que é de suma importância numa gestão em que o valor humano é ponto primordial.

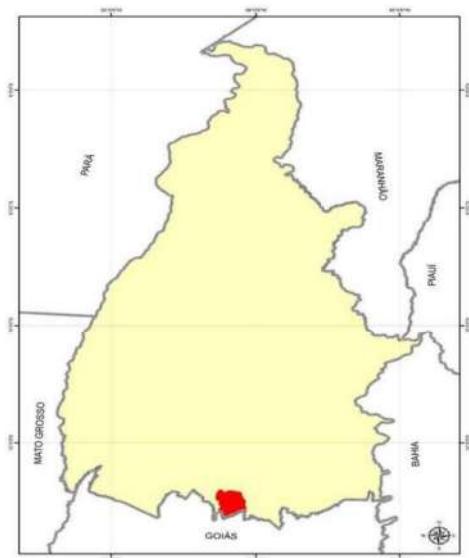
2.1 DEMOGRAFIA

Segundo a SEPLAN - Secretaria de Planejamento (2017), o Município de Palmeiropólis está situado no sudeste do Estado do Tocantins. A Formação histórica do povoado é datada de 1922, quando chegou João Polidório, o primeiro morador da região. Com a chegada de mais famílias para a exploração agrícola, formou-se um pequeno povoado com o nome de Palmeiras, topônimo devido à grande quantidade de Palmeiras existentes na região. A partir de 1954, ampliou-se a migração. Em 1959, ergueu-se a primeira casa comercial, de propriedade de Limíro Viana Guimarães, considerada, na época, como comércio de secos e molhados, ou seja, local que vendia tecidos, produtos alimentícios e utensílios domésticos.

Pelo Estado de Goiás, pela Lei nº 7.471, de 02 de dezembro de 1971, assinada pelo Presidente da Assembléia Legeslativa, Deputado Jesus Meirelles, o Povoado foi elevado à Distrito, sob a denominação de Palmeiropólis, instalado em 12 de março de 1972. A Lei Estadual 251/91 de 20 de fevereiro de 1991, altera

os limites do município e desmembra o Município de São Salvador do Município de Palmeirópolis

Figura 01: Localização de Palmeirópolis no mapa do Tocantins:



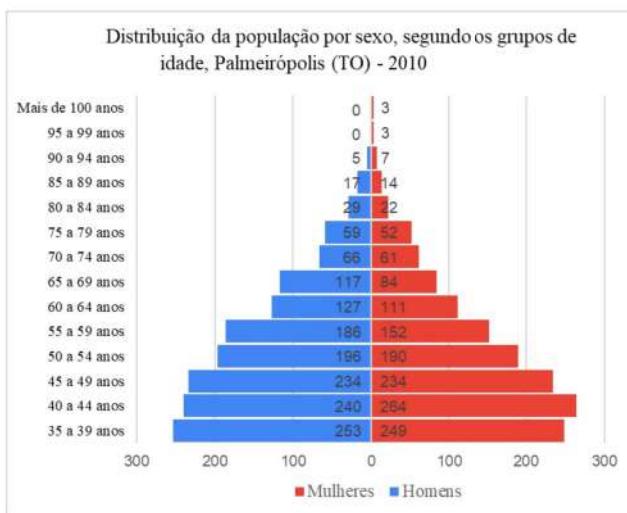
Fonte: Diretoria de Pesquisa e Informações Estatísticas. Base de Dados Geográficos do Tocantins - atualização 2012. Palmas, SEPLAN/DPIE, janeiro/2012.

Em função do crescimento da cidade e implantação de alguns Órgãos Públicos, elevou-se a Município pela Lei nº 8.850, de 10 de junho de 1980 e instalado em 01 de fevereiro de 1983. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o Município é constituído do Distrito sede. Pela Lei Estadual nº 10421, de 01-01-1988, é criado o Distrito São Salvador de Goiás e anexado ao Município de Palmeirópolis. A

cidade possui uma área territorial total de 1.703,944 km², com altitude média de 438, bioma cerrado, com coordenadas geográficas da sede municipal de 13°02'38" latitude, e de 48°24'08" longitude.

Palmeirópolis é uma cidade do Estado do Tocantins, emancipada em 10 de Junho de 1980. Segundo dados do IBGE (2019), a população corresponde a 7.659 pessoas. A partir do início deste século, vem experimentando um gradual processo de desenvolvimento que teve início com a construção do Linhão do sistema energético Furnas-Tucuruí, seguida da pavimentação asfáltica da rodovia TO-498, que liga o Município ao Estado de Goiás, proporcionando uma alavancagem na economia da região. A seguir, gráfico da população:

Gráfico 01 – População do Município de Palmeirópolis



Fonte: IBGE - 2010

A análise do crescimento e decréscimo populacional apresentada no gráfico ocorre devido à trajetória financeira do Município e sua produção econômica, bem como os indicadores de natalidade e mortalidade que acompanham os indicadores nacionais. Grandes empresas instaladas neste Município tendem a proporcionar um aumento populacional e, na mesma proporção, a diminuição, por meio da saída das mesmas, ou término de prestação de serviços, dentre outros.

O Município possui escolas da rede estadual e municipal na área urbana, que ofertam o ensino fundamental e médio. Conforme Seplan (2017), a taxa de alfabetização do Município é de 88,1% e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos 98%. Possui um polo da Universidade Aberta do Brasil, convênio com o Município.

Em relação ao atendimento à saúde, conforme dados da Seplan (2017), o Município possui um hospital municipal e uma unidade de vigilância em saúde, com os serviços necessários a população. Possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,673 IBGE(2010). Segundo IBGE (2019), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.89 para 1.000 nascidos vivos. As internações, devido à diarréias, são de 1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, o Município de Palmeirópolis fica nas posições 57 de 139, no que se refere à taxa de natalidade e 46 de 139 de mortalidade, respectivamente. Quando comparado com as cidades

do Brasil, essas posições são de 2153 de 5570 da taxa de mortalidade e 2419 de 5570, de natalidade respectivamente.

O Produto Interno Bruto (PIB) municipal é de 14.492,62, dados do IBGE (2017). A produção econômica do Município, segundo dados da Seplan (2017), atua, economicamente, nos seguintes setores: Extração Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária.

Em 2001, teve início a construção da Usina Hidrelétrica de São Salvador no Rio Tocantins UHE, administrada pela ENGIE (Energia comercializadora do Brasil), que teve na cidade de Palmeirópolis o seu principal ponto de apoio logístico, o que motivou o aumento do número de trabalhadores em circulação na cidade, propiciando o incremento do comércio e da economia do lugar, cujos reflexos positivos continuaram após a conclusão da obra. Em 2009, a Hidrelétrica iniciou sua produção de energia. A partir da sua construção, formou-se um grande lago no Rio Tocantins, banhando extensa área do Município de Palmeirópolis, o que elevou o desenvolvimento do turismo na região.

Estudos encomendados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) concluíram que a cidade conta com um dos maiores depósitos vulcanogênicos de minério de cobre do Brasil, com ouro e prata associados. Recentemente, a Perth Recursos Minerais arrematou em leilão (21/10/2019), no Rio de Janeiro, o

primeiro projeto de mineração, no âmbito do Programa de Parceria de Investimento (PPI), que permite o direito de explorar o minério no complexo Polimetálico do Município.

A cidade conta com uma razoável rede hoteleira, dispõe de boa infraestrutura urbana e tem uma logística considerável, com vias de acesso asfaltadas para Palmas, o Estado de Goiás e o Nordeste do Brasil. Conta ainda com instalações da Energisa (Companhia de Energia Elétrica) e BRK Ambiental (Concessionária de fornecimento de água) no Município.

2.2 SERVIÇOS PÚBLICOS E ATENDIMENTOS

Em atendimento aos serviços públicos ofertados pelo Município, podemos citar alguns atendimentos: os hospitalares e epidemiológicos, o educacional, à pessoa velha, às gestantes e os demais atendimentos que envolvem políticas públicas.

Quadro 01 – Exemplo de ações realizadas pelo Centro do Idoso

Ações	2015	2016	2017	2018	2019
Quantidade de Vélos(as) atendidos(as) pelo Centro do Idoso	80	95	120	135	150
Ações e serviços prestados aos velhos:					
Saúde	Atendimento médico; Palestra sobre sexualidade;	Atendimento saúde bucal;	Agendamento de consultas com especialistas	Psicólogos e rodas de conversa	Vacinas, e outros atendimentos.
Orientações gerais	Direito à aposentadoria	Orientação à família	Atendimentos diversos	Saúde do homem e saúde da mulher	Palestras orientativas
Lazer	Danças, Festas,	Atividades na piscina	Viagens	Viagens	Hidroginástica
Educação	Palestras	Visitação a Feiras educativas	Palestras com Médicos/Advogados	Aulas artesanato de	Aulas para uso do celular

Fonte: Relatório SMAS, Criada pelo autor (2020).

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmeirópolis desenvolve várias frentes de atendimento na área assistencial: inclusão cadastral, visitas domiciliares, agendamento médico, Benefício de Prestação Continuada (BPC), agendamento nutricional, hidroginástica, jogos e lazer, palestra educativas/orientativas, atendimento dentário, campanhas de vacinação, rodas de conversa, e, em especial, o atendimento à pessoa velha. A gestão pública, dentro das possibilidades, visa atender o cumprimento do Estatuto do Idoso. O referido documento e as políticas públicas em atendimento à pessoa velha passam a ser discutidos na próxima sessão.

3 .POLÍTICAS PÚBLICAS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, ATENDIMENTO AOS VELHOS

Nesta seção, trata-se sobre a responsabilidade social do Município de Palmeirópolis para com os seus cidadãos velhos, parcela da sociedade que precisa ser valorada e respeitada, visto a contribuição efetiva concedida por estes cidadãos para a melhoria da comunidade e esta, lhes deve respeito e cidadania. Trata-se, também, sobre políticas públicas no atendimento às pessoas velhas, no envelhecimento humano, na logevidade e no trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social na captação de recursos, para ampliar as possibilidades de atendimento ao velho.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Política pública, o que é? A quem serve? Perguntas simples, mas que podem ser complexas de serem respondidas, pois, podem ser consideradas inúmeras interpretações. Segundo Bobbio e autores (1909, p.159), deriva do “adjetivo de polis, significando tudo aquilo que se refere à cidade, e, portanto, ao cidadão, civil, público e social”. O termo política foi transmitido por influência da Obra de Aristóteles, intitulada Política. “O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humanas, está estritamente ligada ao conceito de poder” (BOBBIO et al 1909, p.160).

Portanto, política é a relação entre os seres humanos, mediada por Leis e Organizações e deve servir ao benefício dos próprios homens. Nesta forma de constituir a política, temos as políticas públicas que propõem uma diminuição das desigualdades, sociais, econômicas, étnicas, dentre outras, trazendo para a sociedade uma maior igualdade.

Segundo Ribeiro (2003), quando se fala em igualdade, não se refere que as pessoas sejam iguais, mas numa sociedade em que as pessoas tenham direitos iguais, independente da situação social, econômica ou étnica. Portanto, políticas públicas são direitos legalizados que foram conquistados por lutas sociais, e que, também, podem ser consideradas uma forma do Estado diminuir os equívocos cometidos com seus cidadãos, ofertando mais oportunidades a estes. Como é o caso das políticas públicas de assistência aos estudantes, aos negros, aos índios e aos velhos.

Atualmente, temos uma sociedade que preconiza o individualismo exacerbado, a competência técnica, o cargo, a posição, as mazelas sociais e o ter em detrimento do ser. Nossa sociedade, fortemente individualista e voltada para o novo, tem desprezado o passado e a “voz da experiência” dos velhos (BEAUVIOR, 1990).

Segundo Melo (1999), os diversos autores, como Souza (2007), Arretche (2003) e Farah (2011) trazem o resgate histórico do campo de políticas públicas no Brasil, baseado em estudos da literatura internacional que apontam para o surgimento do campo de políticas públicas como uma subárea da ciência política nos Estados Unidos e avança no sentido de identificar suas semelhanças e diferenças em relação ao caso brasileiro. Neste sentido, há a predominância do Estado como ator fundamental na produção de políticas públicas.

Desta forma, as pesquisas, com foco neste tema, são de fundamental importância. Segundo Brasil e Capella (2016), ao longo dos anos 2000, as diversas políticas públicas, com destaque para as políticas sociais e, também, para a temática da participação, foram objetos de inúmeros estudos de caso nas mais distintas áreas de conhecimento. No período mais recente, além dos estudos das políticas setoriais, observa-se uma preocupação com o estabelecimento de um diálogo entre pesquisadores relacionados a diferentes áreas de conhecimento e aqueles que compartilham as políticas públicas enquanto objetos de pesquisa.

Neste sentido, as políticas públicas devem propor a solução de problemas reais, segundo Secchi (2014):

Política sem sentido; é aquela elaborada sem conhecimento específico sobre o problema ou sem alternativas de solução para o problema, além de ser vazia de intenções políticas genuínas [...] Política pública real; quando incorporam a intenção de resolver um problema público com o conhecimento para resolvê-lo (SECCHI, 2014, p. 22).

Secchi (2014) esclarece a possibilidade das políticas públicas e pode-se considerar que o estudo de caso, realizado na cidade de Palmeirópolis, no atendimento às políticas públicas de atendimento aos velhos é uma política pública real e necessária.

Segundo Azevedo (2003) e Secchi (2014), como destacado anteriormente na parte introdutória desta dissertação, o conceito de políticas públicas é definido como tudo que um governo faz e/ou deixa de fazer, retratando, assim, as suas omissões. Entre os diferentes tipos de políticas públicas, destacam-se três: redistributivas, distributivas e regulatórias.

Ao desenvolver políticas públicas, precisa ser elaborada uma análise das fases do ciclo ou processo de políticas públicas, visando desenvolvê-las da forma mais adequada. Secchi (2014, p.33) considera que “o processo de elaboração de políticas públicas (policy-making process) também é conhecido como ciclo de políticas públicas (policy cycle)”. Assim, as sete fases do processo apontadas pelo autor são: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de

alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação e Extinção (SECCHI, 2014, p. 33).

Em relação as sete fases descritas pelo autor, conhecendo o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmeirópolis, avalia-se que precisamos amadurecer a equipe, no sentido de ampliação sobre o entendimento pela temática das políticas públicas. Neste sentido, percebemos que esta Secretaria não desenvolve as sete fases, mas faz um trabalho que atende algumas das fases descritas. Exemplificando, focou-se na agenda descrita por Secchi (2014, p.36) que difine:“a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”. Segundo Secchi (2014), basicamente, existem dois tipos de agenda: política ou “conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública” e formal, “também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o Poder Público já decidiu enfrentar” (ibidem, p. 36).

Segundo Secchi (2014, p.45), relacionado com a implementação da política pública, o autor considera que é importante estudar essa fase para “visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão, etc.).” A partir dos problemas identificados pela Secretaria, visualizou-se a possibilidade de captar recursos para realizar o atendimento que o público de velhos e velhas do Município requeria, conforme os

Referenciais Legais.

Nesse sentido, a Constituição Brasileira de 1988 destaca a livre organização da sociedade – através dos sindicatos, movimentos sociais, associações – e incentiva a participação destes atores no espaço da política pública, via Conselhos Populares e Órgãos Colegiados em diversas áreas: saúde, educação, habitação, cultura e assistência social. Coloca-se, para a sociedade organizada, a tarefa de discutir sua política pública de participação junto ao Estado.

Segundo Abranches e Azevedo (2004, p.162), “os grupos organizados devem procurar entender qual o significado de sua intervenção direta dentro das instituições”. Tais papéis irão fortalecer e cobrar do Poder Público ações efetivas no atendimento às necessidades da sociedade, e no caso do estudo, a captação de recursos para ampliar o atendimento aos velhos e velhas do Município de Palmeirópolis do Estado do Tocantins e oportunizar maiores e melhores serviços a serem prestados aos cidadãos idosos e suas famílias, pois um velho(a) feliz, pode-se considerar uma família também feliz segundo Rodrigues (2007).

3.2 O ENVELHECIMENTO HUMANO E AS LEIS DE AMPARO

A velhice é considerada a terceira idade da vida humana e se caracteriza pela queda de força e degeneração do organismo, ou seja, ao longo da vida têm-se várias fases e com elas você cresce e amadurece. Segundo os dados fornecidos pelo

IBGE(2014), no Brasil, são 21 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que, de acordo com a legislação vigente, são consideradas idosas (BEAUVOIR, 1990, BRASIL, 2003).

Para se chegar ao objetivo de identificar as demandas do público, o estudo no caso em evidência trata da população idosa que, de acordo com a Lei nº 10.741, 1º. de outubro de 2003, denominada “Estatuto do Idoso”, define o conceito de idoso e possui destaque nos seus três primeiros artigos:

Art. 1.º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

O envelhecimento poderá ser uma das maiores preocupações para a sociedade, pois, segundo as

Nações Unidas (1999), em 2002, a quantidade estimada de pessoas de 60 anos ou mais era de cerca de 600 milhões e tudo indica que em 2050 chegaremos a dois bilhões de idosos no mundo, no entanto, esta estimativa dependerá do número de vítimas acima de 60 anos que serão contaminadas pelo Covid-19. O envelhecimento populacional é, hoje, um proeminente fenômeno mundial. Isso se traduz em um aumento dos mais velhos, no tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a População Economicamente Ativa (PEA), no envelhecimento das famílias (crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos uma pessoa considerada velha) e na mudança nos arranjos familiares (CAMARANO; PASINATO, 1999).

Segundo Filho (2018), a velhice seria a última fase do ciclo vital, para designar pessoas idosas. A Organização das Nações Unidas - ONU (1985) demarca o início da velhice: as pessoas com 65 anos de idade nos países desenvolvidos e 60 anos de idade, para os países em desenvolvimento, como o Brasil.

Globalmente, a expectativa de vida cresceu duas décadas, desde a década de 1950 (passando de 48 anos em 1950, para 68 anos em 2010) com perspectiva para 75 anos, por volta de 2050. Há ainda disparidades consideráveis entre países ricos industrializados, cuja expectativa de vida gira em torno de 82 anos e de, apenas, 74 anos, em países em desenvolvimento (CARSTENSEN; FRIED, 2012).

A Organização Mundial de Saúde - OMS, no Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde de

2015, ressalta a importância do enfoque do ciclo de vida, para se entender o processo de envelhecimento, por sua diversidade das capacidades e necessidades, onde a natureza dessas relações tem um efeito direto na qualidade de vida das pessoas.

Naturalmente, com os avanços da medicina, a expectativa de vida das pessoas tem aumentado consideravelmente. No Brasil, subiu de 60 anos na década de 1980 para 75 anos atualmente. Este resultado representa aproximadamente 12% da população brasileira e todas as projeções indicam que, muito em breve, a idade média de vida dos brasileiros ultrapasse os 80 anos.

Com tais dados, o IBGE alerta, por meio dos indicadores sociais e demográficos divulgados anualmente, que a estrutura etária do país está mudando e que o grupo dos mais velhos é, hoje, um contingente populacional expressivo em termos absolutos e de crescente importância relativa no conjunto da sociedade brasileira, decorrendo, portanto, uma série de novas exigências e demandas em termos de políticas públicas de saúde e inserção ativa dos mais velhos na vida social.

O Brasil, país de população predominantemente jovem, apresenta um verdadeiro fenômeno de transição demográfica, com um número cada vez maior de pessoas com sessenta anos ou mais. Para Gordilho e autores (2000, p. 11), o processo de transição demográfica brasileiro, diferentemente do que ocorreu com os países desenvolvidos, onde esse processo decorreu de forma lenta, “caracteriza-se pela rapidez

com que os aumentos absolutos e relativos das populações adulta e idosa vêm alterando a pirâmide populacional”. Para os autores:

A transição acompanhou a elevação da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, graças à adequada inserção das pessoas no mercado de trabalho e às oportunidades educacionais mais favoráveis, além de melhores condições sanitárias, alimentares, ambientais e de moradia (GORDILHO et al, 2000, p.11).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD em 2000, a esperança de vida ao nascer para o brasileiro era de 69,8 anos de vida, passando a 74,8 anos em 2013, de acordo com a projeção populacional divulgada pelo IBGE em 2013. Nesse ano, a estimativa da expectativa de vida para as mulheres foi de 78,5 anos e para os homens de 71,2 anos (IBGE, 2014).

O estudo mostra que em 2013 a participação relativa dos mais velhos de 60 anos ou mais de idade era de 13,0% da população total. Em 2030, espera-se esta proporção em 18,6% e em 2060, de 33,7%, ou seja, um terço da população terá ao menos 60 anos de idade. A proporção de mais velhos de 60 anos ou mais de idade passou de 9,7%, em 2004, para 13,7%, em 2014, foi o grupo etário que mais cresceu na população (novos dados serão apresentados após pandemia do coronavírus).

Damasceno (2011) argumenta que quase 70% dos velhos moram fora das regiões metropolitanas e nestas são mais prováveis de viverem da

aposentadoria. Além disso, 80% dos mesmos residem em áreas urbanas. Quanto ao sexo, observou-se que a população idosa é formada, em sua maioria, pelas mulheres, que respondem por 55,96% do total dos mais velhos.

Em relação à média de anos de estudo das pessoas de 60 anos ou mais de idade, é mais baixa do que a da população de 15 anos ou mais de idade, mas elevou-se de 3,5 anos de estudo, em 2004, para 4,8 anos de estudo, em 2014, o que reforça o aumento do acesso ao sistema de ensino público ou privado pela população idosa.

Já a proporção de mais velhos, com 9 anos ou mais de estudo, aumentou de forma expressiva, passando de 12,7%, em 2004, para 20,7%, em 2014 e diminuiu a proporção daqueles com menos de um ano de estudo, que passou de 36,5% para 27,3% no mesmo período.

Pessoas maiores de sessenta anos, em muitos casos, ainda podem exercer atividades profissionais, por apresentarem capacidade física e intelectual para novos empreendimentos e por possuírem conhecimentos e experiências acumulados, que não podem ser descartados. O mercado de trabalho, entretanto, segundo Pavani (2002) apud Azevêdo (2008), mostra-se preconceituoso e impõe limite de idade para a ocupação de determinados cargos.

Segundo Filho (2018), o Estado do Tocantins, de acordo com estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015 possui pouco mais de um milhão e quinhentos mil habitantes. A

Capital Palmas e as cidades de Araguaína, ao norte do Tocantins, e Gurupi, ao sul, são os municípios mais populosos do Estado, juntos, possuem mais de meio milhão de habitantes, representando, aproximadamente, um terço da população total do Estado.

De acordo com a projeção populacional do IBGE, tanto no Estado do Tocantins, como nos demais estados do Brasil, há uma tendência de queda na taxa de crescimento populacional entre 2001 e 2030. No Tocantins, essa tendência está prevista de 2,12% em 2001 para 0,69% em 2030.

Segundo Rodrigues, Silva Neto e autores (2019, p.134), “o processo de envelhecimento é visível em todos os municípios tocantinenses. A proporção de idosos, índice de envelhecimento e razão de dependências nos municípios tocantinenses vem crescendo de forma acelerada e, há um predomínio da população masculina”.

Em relação aos grupos etários, hoje, o Brasil possui 8,17% de pessoas com mais de 65 anos e espera-se que em 2030 seja mais de 13%. No Estado do Tocantins, no mesmo período, esta população saltará de 6% para, aproximadamente, 10% da população total. O aumento é provocado pela diminuição nas Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e Mortalidade (TBM), que tendem cair 50% e pelo aumento na expectativa de vida ao nascer, que propende a aumentar em torno de nove anos na projeção 2000-2030.

Segundo o Censo (2010), a cidade de

Palmeirópolis conta com uma população total de 7.339 pessoas, destas, o número de pessoas com idade entre 60 e 69 anos é de 439, entre 70 e 79 anos é de 238 e entre 90 e 94 é de 97, ou seja, o Município possui um total de 774 pessoas com mais de 60 anos, número que crescerá a cada dia, segundo os dados dos autores apresentados anteriormente. Em relação aos dados mais atualizados, o Censo de 2019, a população estimada é de 7.659. Estes são motivos essenciais para discutir e aprimorar as políticas públicas de atendimento à pessoa velha nesta cidade.

Em relação ao Índice de Envelhecimento (IE), definido pelo número de pessoas com 60 anos ou mais, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico no ano. Entre os anos 2000 e 2030, o Estado do Tocantins passará de um índice de 12,5 para 47,44, enquanto o Brasil de 18,6 para 76,39.

Dentre as várias alternativas para a observação do envelhecimento de uma determinada população, o Índice de Envelhecimento (IE) apresenta vantagens por ser analiticamente simples, apresentar alta sensibilidade às variações na distribuição etária, contabilizar os dois grupos etários que definem o processo de envelhecimento populacional e ser de fácil interpretação.

O tamanho da onda do envelhecimento brasileiro terá ritmos diferentes, conforme as regiões, os estados e as cidades. Mas não haverá como evitar o “tsunami grisalho” que vai transformar a composição etária da população em suas diferentes escalas. Embora

o Rio de Janeiro esteja na vanguarda, o envelhecimento será um fenômeno nacional.

O envelhecimento pode ser conceituado, segundo Carvalho Filho (1996, p.60), como “um processo dinâmico e progressivo, no qual há alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas que vão alterando progressivamente o organismo tornando-o mais suscetível às agressões intrínseca e extrínseca, que pode levá-lo à morte” (BEAUVOIR,1990). Não quer dizer com isto que, estando velha, a pessoa esteja improdutiva, pelo contrário.

Ferreira e Simões (2011, p.28), observando a velhice pelo viés da área sociológica, apontam que o envelhecimento está associado ao papel social, ao tipo de comportamento, conforme a idade e que “as experiências vividas na velhice variam de acordo com o momento histórico de cada sociedade e das circunstâncias vivenciadas naquele momento.”

Conforme Dias (1998) há uma representação negativa de que ser velho está associado à inércia e perdas que levam à ruptura e ao isolamento; inflexibilidade decorrente de apego a valores ultrapassados e cristalizados que, também, levam ao isolamento social; imagem negativa do aposentado, significando um final de vida, falta de capacidade pessoal e a exclusão da rede produtiva; pessoa que necessita de cuidados, sem força, sem vontade, sem vida, doente, incapacitado e que, por todos esses motivos, fez opção pela passividade.

Configura-se, desta forma, uma desqualificação da pessoa mais velha, que vai encontrar na estigmatização

justificativa para as várias apreensões que lhe são impostas, além de, sutilmente, imputar-se a responsabilidade por sua exclusão. Segundo Goffman (1975), o estigma é a imagem deteriorada de uma pessoa. “Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...]” (GOFFMAN, 1975, p.12).

Em seu trabalho, Baczko (1985) enfatiza o papel da mídia nesse processo, afirma que a dominação simbólica é garantida por meio de valores, de crenças e da persuasão. Conforme sua argumentação, as identidades coletivas, formadas no imaginário social por meio de um sistema simbólico, que podem ser amplificadas e canalizadas para os interesses do grupo dominante com o auxílio da propaganda moderna e todas as possibilidades técnicas, culturais e políticas, confirmam a legitimidade do poder desse grupo.

Pode-se afirmar que a simbologia das representações sociais determina a forma como a sociedade encara o processo de envelhecimento, o valor dado ao indivíduo que envelhece e aos mais velhos. Essa representação da velhice determina, também, o tipo de relação que a família, célula dessa sociedade, estabelecerá com seus velhos. Certos mitos sociais são construídos de forma a respaldarem, naturalizando tipos de comportamentos de determinados grupos em relação a outros, podendo levar à aceitação generalizada da injustiça.

Como enfatiza Cardia (1994, p. 26):

A natureza e o conteúdo dos mitos aceitos como objetivamente verdadeiros por diferentes categorias sociais são fortemente afetados pela localização dos indivíduos no sistema social. [...] Estes mitos, que isentam os indivíduos da construção de justificativas individuais para a injustiça, em geral, se baseiam no supremo bem da coletividade.

No sentido de trazer um novo conceito ao termo velho, o médico geriatra e presidente do Centro Internacional de Longevidade no Brasil (ILC- BR), Alexandre Kalache, utiliza o termo gerontolescência para designar pessoas com 60 anos ou mais. O termo está associado ao envelhecimento ativo, que advém da área da saúde, tecnológica e políticas públicas, e condiz com o perfil dos velhos que buscam qualidade de vida.

De toda sorte, é secundária a forma como se nomeia os velhos e a velhice. Mais importante é compreendê-los e trazer à baila discussões que possam, efetivamente, contribuir para o envelhecimento ativo e participativo.

Assim, ao refletir sobre o envelhecimento e a imagem do velho, entende-se que a imagem refletida no corpo físico do mesmo carrega marcas e cicatrizes naturais de sua caminhada e de seu desenvolvimento, do nascimento à morte.

De acordo com a análise de Ferreira e Simões (2011), esse estudo coaduna com a reflexão das autoras, pois é importante não olharmos apenas para a imagem da pessoa mais velha, mas para tudo que ela

representa e isso envolve o seu passado, sua história de vida e a sua existencialidade. É nesta perspectiva, que a Secretaria de Assistência Social de Palmeirópolis demonstra que percebe o cidadão idoso em seu Município, valora sua história e seu papel social na comunidade, por isso, investe em atendimentos para esta parcela da população. Além de valorar, busca atender as Leis vigentes, em relação às garantias de atendimento aos idosos e a políticas públicas.

3.2.1 Estatuto do Idoso

Para Neri (2005), no final do século XIX, se instaurou, no Brasil, a categoria social “pobre” e a solução encontrada para administrar a pobreza foi o asilamento desta população, composta por órfãos, imigrantes, leprosos, mendigos e velhos. Para a autora, neste mesmo período, foram construídas as associações “negativas” entre asilo, pobreza e velhice, presentes no próprio Estatuto do Idoso (2005, p. 09).

Objetivando ilustrar as colocações, Groisman (1999, p.70,71), em seu trabalho, selecionou uma instituição para análise, a qual qualifica como “modelar” o “Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada”. Em 1890, foi fundado por iniciativa do Estado, da Igreja e da sociedade civil, o que colaborou para que tivesse grande visibilidade social. Esta Instituição de Longa Permanência(ILP) tornou-se “um locus privilegiado, para a elaboração de representações sociais sobre o envelhecimento”, devido ao grande interesse que despertava nos jornais cariocas.

No final dos anos 60, inaugurava, no Brasil, um

novo paradigma de serviços à velhice, inicialmente, promovido pelo SESC e, posteriormente, pelas universidades abertas à terceira idade (HADDAD, 1986; DEBERT, 1999). Segundo Justo e Rozendo (2010, p.474), “as atividades desenvolvidas no SESC estavam atreladas a práticas esportivas, ao lazer, à cultura, ao conhecimento, enfim, vinculavam a velhice a uma vida ativa”. Este modelo de atendimento à velhice colaborou para a criação de uma nova categoria social: a “terceira idade”. Desta forma, a terceira idade é tratada como uma fase mais interessante, uma fase ativa e dinâmica da velhice.

Ainda segundo Justo e Rozendo (2010), o Asilo (ILP), a aposentadoria, a Gerontologia e a Geriatria, conforme destacam, são importantes marcos na diferenciação da velhice, no cenário social e na produção de sentido, acerca do envelhecimento. A Instituição de Longa Permanência veicula fortes imagens de uma velhice decrépita, disfuncional e inapta para a vida, necessitando, portanto, de um amparo total, que demanda e legitima a tutela, a reclusão e o confinamento. A aposentadoria, na mesma linha de invalidação, ao desqualificar o idoso para as atividades produtivas, o desqualifica, também, para outras atividades e funções sociais.

Conforme afirma Neri (2004, p.07), o Estatuto do Idoso irá se consumar como outro marco fundamental na história social da velhice. Desdobrado da Constituição de 1988, como uma Lei dirigida, especificamente, para o velho, “reflete a influência de atuação de especialistas, políticos e segmentos da

sociedade organizada”, registrando mudanças significativas no tratamento e nas figurações da velhice.

Para Oliveira, (2007) o que impulsiona a história, seria a luta de classes e, neste contexto, encontra-se o envelhecimento que se cobre de complexidade em diferentes extensões. O idoso deve ser considerado, em todos os aspectos, porque hoje está surgindo um novo velho, mais ativo, participativo, valorizado, conhedor de seus direitos e deveres como cidadão. Nesse sentido destaca-se o Estatuto do Idoso:

Uma tutela específica para o idoso surgiu em 1994, com a Lei 8842/94 que estabelece a Política Nacional do Idoso em razão de várias reivindicações feitas pela sociedade em meados da década de 70 e principalmente em razão do documento Políticas para a Terceira Idade nos anos 90, produzida pela Associação Nacional de Gerontologia - ANG estabelecendo um rol de recomendações sobre a questão dos idosos. A referida Lei foi promulgada a fim de assegurar os direitos sociais do idoso possibilitando condições para promoção da autonomia, integração e participação na sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 281).

Segundo Oliveira, (2007), a primeira iniciativa de criação da Lei surge em 1994, e após nove anos, é aprovada a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Na referida Lei, o Artigo primeiro aponta seu objetivo: É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Justo e Rozendo (2010) trazem um interessante estudo sobre o Estatuto do Idoso, destacam que é preciso buscar no Estatuto figuras, imagens e concepções, associadas aos sentidos, que produzem e veiculam em relação à velhice e pelos quais o idoso se subjetiva e é objetivado. Um exame sistemático do texto do Estatuto permite rastrear as imagens com as quais a velhice é figurada, significada e construída entre nós.

Os autores Justo e Rozendo (2010) entendem a análise como parte de um processo de produção de sentido, inserido na linguagem viva e praticado socialmente por sujeitos concretamente constituídos, processo no qual, munidos do instrumental da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), realizou-se uma leitura num diálogo e interlocução com outros sujeitos, tendo a velhice como referente principal, conforme a tabela 01 com as categorias de análises:

Tabela 01 – Categorias de análises

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS AGRUPADAS
Carência	Habitação, Trabalho, Locomoção, Capacidade
Cidadania	Alimentação, Assistência, Pobreza
Dependência/Invalidação	Asilo, Entidade de atendimento, Família.
Fragilidade	Doença, Limitação, Morte, proteção, Punição, Saúde, Violência
Realização/Potência	Convivência, Cultura, Educação, Esporte, Lazer, Memória, Religião
Tecnologia de Diferenciação	Divulgação do envelhecimento, Especialidades, Asilo, Aposentadoria, Entidades de atendimento.

Fonte: Justo e Rozendo (2010), elaborada pelo autor (2019).

O resultado do estudo de Justo e Rozendo (2010) deve ser destacado aqui, pois ilustra esta dissertação. Neste sentido, trago os elementos de análise do Estatuto do Idoso, por meio do estudo dos

autores citados, análise com base em Bardin(1977):

Tabela 02 - Análise do Estatuto do Idoso

Categoría	Análise
AUTONOMIA	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias que traziam representações da velhice como uma fase da vida autônoma, independente, enfim, apta à vida.
CARÊNCIA	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias que relacionavam a velhice à pobreza, imputando-lhe necessidades financeiras, afetivas ou orgânicas.
CIDADANIA	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias, abraçadas do Estatuto, que expressavam os direitos adquiridos pela velhice no decorrer da história brasileira, tendo como marco referencial a Constituição Federal de 1988. Esta categoria assume um sentido peculiar em nossa análise, pois, no Estatuto, a cidadania assume um papel unidirecional, atribuindo, quase que em sua totalidade (exceto em três casos), apenas direitos aos idosos, condicionando-os como sujeitos passivos, sem lhes estabelecerem deveres, assim, não é levado em conta, o amplo sentido do conceito de cidadania, que é composto por direitos e deveres dos cidadãos.
DEPENDÊNCIA/ INVALIDAÇÃO	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias que traziam representações da velhice como sendo uma fase da vida marcada pela invalidez, incapacidade, dependência física, psíquica ou financeira.
FRAGILIDADE	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias que traziam representações da velhice como uma fase de vida frágil, limitada, indefesa, de decrepitude física e psíquica, digna de excessivos cuidados e proteção.
REALIZAÇÃO/ POTÊNCIA	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias que representavam a velhice, como uma fase da vida potencializada, quando, por exemplo, o idoso era retratado como portador de diversos potenciais, apto a realizações e trocas indiscerníveis com as demais gerações e apto a fazer suas próprias escolhas.
TECNOLOGIAS DE ESPECIALIDADES CIENTÍFICAS E PROFISSIONAIS	nesta categoria foram agrupadas as subcategorias que faziam menções às especialidades científicas e profissionais voltadas exclusivamente para a DIFERENCIADA velhice, como a Gerontologia e a Geriatria.

De forma geral, o Estatuto encontra-se distribuído em Direitos Fundamentais do idoso e Medidas de Proteção. Os Direitos Fundamentais são: Capítulo I: Direito à vida; Capítulo II: Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Capítulo III: Dos Alimentos; Capítulo IV: Do direito à Saúde;

Capítulo V: Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Capítulo VI: Da profissionalização e do Trabalho; Capítulo VII: Da previdência social; Capítulo VIII: Da Assistência Social; Capítulo IX: Da Habitação e Capítulo X: Do transporte. As Medidas de Proteção são Capítulos e Artigos que objetivam aplicar os direitos na Lei, quando os mesmos forem ameaçados ou violados. Atualmente, após mais de uma década de vigência do Estatuto do Idoso, quais têm sido os benefícios aos idosos, oriundos da referida Lei?

Segundo a Constituição Federal de 1988, na Seção IV DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, em seu Artigo 203, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem como um dos objetivos: “I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. A Constituição garante aos municípios e ente federados a responsabilidade social do atendimento à velhice, ou seja, às pessoas maiores de 60 anos de idade.

Em atendimento a Constituição Federal (1988), foi instituído o Estatuto do Idoso, sob a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. O Artigo 2 “O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Desta forma, o Estatuto expõe o direito que a

pessoa acima de 60 anos possui e o Artigo 3º descreve as responsabilidades da família e do poder público em relação aos serviços, que devem ser ofertados a este público em cada município e ou estado. “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (ESTATUTO, 2003, art. 3º). Segundo a Lei, há uma garantia de prioridade e dentre elas, destaca-se:

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; **VI** – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; **VII** – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento; No entanto, para cumprir a legalidade, necessita-se, para a execução das políticas públicas, de recursos financeiros, seja para criar uma nova ação, ou para dar continuidade nas ações existentes e programar ações novas, seja na educação, saúde, assistência social ou lazer.

De maneira geral, as pessoas não aceitam estar velhas, idosas, visto ainda existir um preconceito social quanto ao velho. Segundo Bilac (2014), na área das ciências biológicas, há várias linhas de pensamento para considerar o envelhecimento e a velhice. Há um

grupo que reconhece a velhice como a época pós-reprodutiva, com suas consequências dentro da vida ontogenética.

Outro grupo define a velhice pelo conjugado de mudanças, conectadas ao envelhecimento, que envolvem a redução das capacidades biológicas ligada ao arrefecimento da capacidade funcional, podendo contribuir direta ou indiretamente com a possibilidade de morte. No entanto, não só no Brasil, mas no mundo, o aumento de pessoas idosas amplia-se cada vez mais.

Hoje um sexagenário está velho apenas no sentido burocrático, porque chegou à idade em que geralmente tem direito a uma pensão. [...] Hoje, ao contrário, a velhice não burocrática, mas fisiológica, começa quando nos aproximamos dos oitenta, que é afinal a idade média de vida, também em nosso país [...] O deslocamento foi tamanho que o curso da vida humana tradicionalmente dividido em três idades [...] foi prolongado para aquela que se convencionou chamar de quarta idade. (BOBBIO, 1997, p. 2).

Estar velho ou idoso faz parte do ciclo de vida, estar velho ou idoso produtivo, feliz, amparado e podendo contar com uma instituição de apoio educacional, isto é fabuloso, como dizem os acadêmicos da Universidade da Maturidade, Campus de Palmas (MACEDO *et al*, 2018).

Segundo Macedo *et al* (2018, p. 2), “nas discussões durante as aulas, em que foi apresentado o Estatuto do Idoso e alguns vídeos sobre o tema, acadêmicos da Universidade da Maturidade levantam

discussões e apontamentos sobre o Estatuto”. Segundo os autores, desenvolveram atividades práticas sobre o Estatuto, tais como: jogo de bingo, palavras cruzadas e trabalho em grupo que discutiram os capítulos sobre os Direitos Fundamentais do idoso.

Neste sentido, o estudo elaborado por Macedo e autores(2018), realizado na Universidade da Maturidade, que discute o Estatuto do Idoso, e a vivência dos acadêmicos, em torno do cumprimento do Estatuto, traz a realidade experenciada por eles na busca de seus direitos. Isso agrupa mais aprendizado aos conteúdos discutidos em sala de aula, uma vez que o aprendizado é uma via de mão dupla.

O trabalho de Macedo *et al* (2018), segundo os relatos na Universidade da Maturidade, mostra a visão dos velhos que possuem conhecimento da Lei e no dia a dia ainda sentem um grande distanciamento da sua efetividade. O levantamento de pesquisas realizadas sobre o assunto indicou a existência de poucos estudos sobre o Estatuto, dentre eles, alguns foram encontrados no campo do Direito (CENEVIVA, 2004; SILVA, 2007), e outros no campo da Saúde (MARZIALE, 2003; MARTINS; MASSAROLLO, 2008).

Neste sentido, o estudo complementa as reflexões sobre os velhos e velhas que são atendidos pelo Centro do Idoso de Palmeirópolis, de maneira a entender se o referido documento tem sido vivenciado de outra forma no *lócus* da pesquisa. Para atender e ampliar o cumprimento do Estatuto, temos o Conselho do Idoso.

Justo e Rezendo (2010, p.488) trazem uma

crítica severa sobre a postura dos referidos Conselhos no Brasil, afirmando que mesmo estes, representando uma estrutura democrática de controle social destacam: “notamos que são poucos, ou inexistentes, os idosos que ocupam cadeiras nestes conselhos, como representantes de usuários de programas, projetos, serviços, benefícios, enfim, como beneficiários das políticas públicas”.

Objetivando trazer informações sobre o Conselho do Idoso de Pameirópolis e seu papel no atendimento aos cidadãos, o subitem a seguir discutirá a temática.

3.2.2 O Conselho do Idoso

A Constituição Federal de 1988 é o documento orientador na construção dos Conselhos. Em especial, os Artigos 198, 204 e 206 da Constituição deram origem à criação de Conselhos de políticas públicas no âmbito da saúde, assistência social e educação nos três níveis de Governo. Tais experiências provocaram a multiplicação de Conselhos em outras áreas temáticas nesses níveis.

No Brasil, a expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais. O direito à participação popular, na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado, está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado em leis específicas, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência

Social (LOAS) e o Estatuto das Cidades.

Segundo Anhucci e Suguihiro (2010), com a Constituição Federal de 1988, foram redefinidas as relações entre o Estado e a sociedade, procurando estabelecer uma nova institucionalidade democrática. Assim, além de instrumentos de democracia direta, como o plebiscito e o referendo, foram criados outros mecanismos capazes de ampliar a participação da sociedade na tomada de decisões políticas. Desta forma, os Conselhos de gestão setorial das políticas sociais oportunizam a implementação das políticas públicas e Raichelis (2006, p. 110) destaca tal conquista “(...) arranjos institucionais inéditos, uma conquista da sociedade civil para imprimir níveis crescentes de democratização às políticas públicas e ao Estado que, em nosso país, têm forte trajetória de centralização e concentração de poder”.

Nesse sentido, os Conselhos podem desempenhar, conforme o caso, funções de fiscalização, mobilização, deliberação ou de consultoria, colocando a democracia a favor dos cidadãos, pois estes podem e devem participar dos Conselhos. Conforme define a *Controladoria-Geral da União*: A função fiscalizadora dos Conselhos pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes. A função mobilizadora refere-se ao estímulo à participação popular na gestão pública e às contribuições na formulação e disseminação de estratégias de informação para a sociedade sobre as políticas públicas.

A função deliberativa, por sua vez, refere-se à

prerrogativa dos Conselhos de decidir sobre as estratégias utilizadas nas políticas públicas de sua competência. A função consultiva relaciona-se à emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos que lhe são correlatos.

Quando se fala na participação da sociedade organizada, fala-se em Conselhos e, consequentemente, pode-se pensar sobre a livre participação, ou seja, a participação democrática. Conforme Souza (1996), para que isto ocorra de forma democrática, é necessário compreender o processo sobre a própria realidade social.

Nessa contribuição, Souza (1996, p. 81) sinaliza que “(...) assumir a perspectiva da participação exige, antes de qualquer outra atitude, que se examine a participação nas seguintes dimensões: Por quê? Em função de quem? O que é mesmo (participação)?” Nesse sentido, entende-se que a participação “é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado” (SOUZA, 1996, p. 81).

A participação social é de suma importância, pois demonstra uma sociedade ativa e preocupada com o bem comum e, segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011), tal participação social pode remeter às discussões de gestão social, uma parcela da sociedade preocupada na solução de um determinado problema social.

Assim, pode-se afirmar que gestão social refere-se a políticas públicas e que os Conselhos são

políticas públicas voltadas para o atendimento de necessidades da sociedade. Tenório e Saraíva (2006, p.124) consideram que “(...) o termo gestão social tem sido confundido quase que exclusivamente com gestão de políticas e/ou programas sociais”.

Segundo Cançado et al (2011), gestão social é uma administração desenvolvida pela sociedade coletiva e para a sociedade. Nesse caso, a gestão social alarga no espaço da esfera pública e os Conselhos estão neste patamar de discussões, oportunizando aos membros intervenções, alterações e melhorias das condições de vida do público a que se destina o Conselho, seja de velhos, crianças e outros (BOTREL, ARAÚJO e PEREIRA, 2010). Esclarecendo mais amiúde, a gestão social seria o caminho para a emancipação, pois incita a um direcionamento mais participativo, dialógico no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais, ou seja, os membros dos Conselhos e, neste caso do estudo, o Conselho da Pessoa Idosa (TENÓRIO, 2008).

As definições de Fischer e autores (2006), em relação à gestão social, são tomadas como corretas para o estudo sobre o Conselho da Pessoa Idosa em Pamerópolis, no Estado do Tocantins. “A gestão social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social (enquanto processo), norteada pelos princípios da ética e da solidariedade” (FISCHER 2006, et al p.17).

Para Tenório (1998), gestão social é o processo gerencial decisório deliberativo que procura atender as

necessidades da sociedade, região, território ou sistema social específico, quer vinculado à produção de bens quer à prestação de serviços.

Certamente, há posicionamentos contrários, descritos por Cançado, Tenório e Pereira (2011) em sua revisão de literatura. No entanto, para o estudo, a base da reflexão a que toma-se como definição a ser seguida está descrita nas inferências dos autores (TENÓRIO, 1998; SOUZA, 1999; FISCHER, et al, 2006; TENÓRIO, SARAÍVA, 2006; BOTREL, ARAÚJO, PEREIRA, 2010).

Contudo, o Conselho da Pessoa Idosa é a gestão social e deliberativa, tanto em finalidade, quanto em processo, discutindo ações e intervenções de políticas públicas direcionadas aos velhos. Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), Art. 1.º: É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Pode-se considerar o Artigo 2º do referido estatuto o que garante todos os direitos da pessoa idosa:

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Artigo segundo do Estatuto do Idoso resume

todos os direitos, “proteção integral” e “direitos fundamentais da pessoa humana”, ou seja, direito à saúde, alimentação, moradia, educação, lazer, dentre outros, responsabilidade da família, do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, o Conselho Municipal do Direito da Pessoa Idosa, com base na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto do Idoso, subsidia o fazer de ações governamentais e sociais no atendimento a este público. Portanto, o Conselho possui a gestão social e deliberativa para conhecer, analisar, propor e deliberar sobre ações e intervenções que apoiem o cumprimento das Leis destacadas neste estudo e visem a melhoria da qualidade de vida da pessoa velha. No subtítulo seguinte, descreve-se o Conselho da Pessoa Idosa de Palmeirópolis nas vozes de entrevistados membros do referido Conselho.

3.2.2.1 O Conselho Municipal do Idoso em Palmerópolis

O Conselho Municipal de Direito do Idoso (CMDI) de Palmeirópolis foi criado em 18/12/2015¹ e, desde este período, as reuniões ocorrem conforme o calendário determinado pelos membros. O Conselho, inicialmente, foi formado por representantes das seguintes Instituições e Representações: Igreja Evangélica Assembleia de Deus Madureira, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria de Assistência Social e Associação São Vicente de Paula. Verificou-se que o quadro de membros segue as orientações legais. Analisou-se um total de 12 Atas do

¹ Conforme registro em livro ata

referido Conselho, todas assinadas pelos participantes. Percebeu-se que, em todas as Atas, a participação dos membros é assídua. Durante certo tempo, o pesquisador participou das reuniões como observador e pôde descrever que há uma harmonia entre os membros, tendo em vista que discutem novas possibilidades e é evidente o desejo em comum dos membros de realizar ações que atendam a comunidade de pessoas velhas.

Em reportagem veiculada em “mapadanoticia.com.br²”, com data de 11 de abril de 2018, observa-se a equipe do CMDI visitando a obra do Centro de Atendimento ao Idoso em fase de construção, o que demonstra a participação efetiva dos membros em torno das melhorias para o atendimento à pessoa velha. Na reportagem, a Secretaria de Assistência Social, senhora Paula Rodrigues, informa sobre a importância das parcerias na realização das ações, bem como na construção do Centro do Idoso.

O CMDI de Palmeirópolis demonstra, em sua atuação, ações e atendimento social ao idoso e promove a oferta de serviços que visa a melhoria da qualidade de vida dos velhos. Nas Atas analisadas, o CMDI aponta discussões de atendimento e melhoria no espaço físico destinado ao atendimento à pessoa idosa, bem como a aplicação de recursos financeiros, captados por meio das ações da gestão da Secretaria de Assistência Social. Algo que chama a atenção nas discussões dos membros é a busca de parcerias e recursos para a construção e melhoria da estrutura física do Centro de Atendimento à pessoa idosa.

² <<http://mapadanoticia.com.br/conselho-municipal-de-direito-do-idoso-de-palmeiropolis-reuniu-se-para-tratar-de-assuntos-relevantes-a-obra-do-salao-de-eventos/>>

Quadro 02 - Dados das Atas

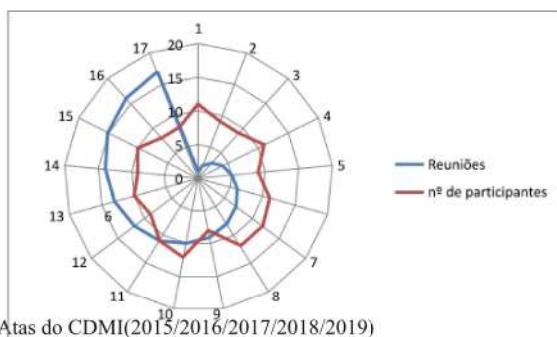
RESULTADO DA ANALISE DAS ATAS DO CMDI- PALMEIRÓPOLIS		
Nº da Ata	Data	Principais deliberações
001	18/12/15	Posse dos conselheiros do CMDI
002	08/01/16	Apresentação de recursos, no valor de R\$94.000,00, captados por meio da Empresa Energisa para construção da piscina; Apresentação da Proposta de edital de utilização dos recursos; Aprovação do regimento interno.
003	11/02/16	Aprovação do projeto de construção da piscina – Secretaria de Assistência Social
004	27/06/16	Inspeção do Conselho na construção da piscina; Deliberação sobre a aquisição de materiais permanentes no Centro do idoso;
005	18/08/16	Aprovação da prestação de contas: construção da piscina, aquisição de materiais;
006	13/03/16	Deliberação sobre a aquisição de bebedouro;
007	08/11/17	Inscrição dos serviços da Associação Nossa Senhora das Graças no CMDI
008	04/12/17	Eleição da nova diretoria; Apresentação de construção do Salão de eventos e vestiário- Valor: R\$200.000,00 – Proponente: SMAS
		Apresentação do Projeto de Construção da Casa Lar dos Vicentinos – Orçamento: 419.000,00 – Proponente - Associação Nossa Senhora das Graças; Apresentação do Termo de Fomento FMDI;
009	27/03/18	Apresentação do primeiro boletim de mediação da obra do Salão de Eventos e Vestiário – 1ª nota: R\$ 68.861,15
010	17/06/18	Apresentação da Minuta do Termo de Fomento entre FMDI e Associação Nossa Senhora das Graças
011	16/07/18	Apresentação do 2º Boletim de mediação da obra no Centro de Convivência do Idoso – R\$ 72.539,08
012	29/08/18	Apresentação do 3º boletim- 3ª nota: R\$45.353,45 Convite para inauguração do Salão de Eventos e Vestíario
013	23/10/18	Prestação de contas; Apresentação do Projeto de aquisição de micro-ônibus- valor: R\$199.685,00
014	18/02/19	Apresentação do calendário anual de reuniões
015	29/03/19	Apresentação da Empresa vencedora da Construção da Casa Lar- Wellington Lopes da Costa Eirelli-ME
016	26/04/19	Eleição da mesa diretora
017	23/06/19	Início das obras da Casa Lar

Por meio do quadro das Atas analisadas, pode-se observar o trabalho realizado pelo Conselho, bem como a captação de recursos e o envolvimento dos membros e da comunidade, algo que deve ser despertado também nas demais gestões municipais. Destaca-se um breve relato sobre os recursos utilizados por meio da apresentação de algumas Atas, como a Ata

nº02/2016, que trata sobre um recurso no valor de R\$ 94.000,00, doado pela Empresa Energisa para o Fundo Municipal do Direito do Idoso, e discute-se a utilização dos referidos recursos. Na Ata 03/2016, discute-se a construção da piscina do Centro do Idoso, para ofertar a hidroginástica, e aponta outras melhorias para o espaço. A Ata 05/2016 refere-se à prestação de contas da construção da piscina e outros gastos em benefício do Centro.

Visando ampliar as discussões sobre as Atas do Conselho, destaca-se também a Ata 13/out./2018, que dispõe de recursos para aquisição de um veículo, tipo Van, para o atendimento aos idosos. O objetivo de trazer as análises documentais, por meio das Atas, deve-se pela necessidade de identificar e perceber a organização do Conselho, as temáticas das reuniões, bem como as deliberações dos membros. Nas respectivas Atas, pode-se observar a participação das representações da sociedade, fator importante discutido por Cançado, Tenório e Pereira (2011).

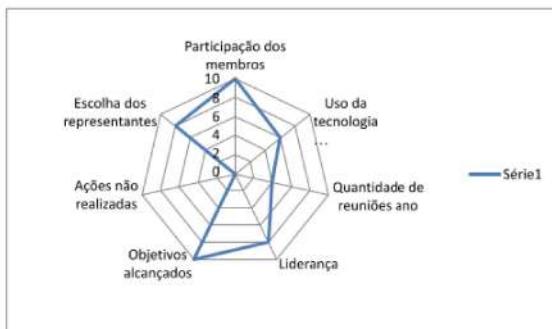
Grafico 02-Atas do Conselho Municipal do Idoso



A partir das análises das Atas, constata-se um trabalho voluntário e cooperativo dos membros em torno de um benefício comum: o atendimento ao idoso, na oferta de espaço para o lazer, atividades físicas e fortalecimento dos vínculos familiares e de amizades com seus pares.

A participação dos membros do Conselho nas reuniões ocorre de forma assídua, integralizada e todas com pauta e objetivo pré agendados. Segundo Vilella (2012), quando acontece a participação dos membros e o fator de decisão junto ao Conselho, há uma participação efetiva. Para Cançado, Tenório e Pereira (2011), há transparências, inteligibilidade e dialogicidade na atuação dos membros do Conselho. Em relação à escolha dos membros: reuniram-se todos, seguindo as exigências legais e o respeito ao desejo de participação, em seguida, realizaram a eleição dos membros. Novamente, destacando o apontado por Cançado, Tenório e Pereira (2015): tomada de decisão coletiva e sem coerção.

Grafico 3 - Síntese da análise



Fonte: autor (2019).

O gráfico em destaque aponta os elementos contidos na gestão do Conselho, com a presença de Critérios de Cidadania Deliberativa e Gestão Social, com possibilidades de melhoria e ampliação de atendimento em outros elementos citados por Cançado et al (2015). Nesta perspectiva, as reflexões de Cançado et al (2015) fundem-se com as de Carvalho (1999) e destacam que “a gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos” (Carvalho, 1999, p.19).

No sentido de embasar tais discussões, Cançado, Vilella e Sausen (2016) fazem um destaque em relação à gestão social, utilizando a referência de Araújo (2014), que denota o sentido e o objetivo do trabalho realizado pela Secretaria de Assistência Social de Palmeirópolis no papel dos membros do Conselho do Idoso.

Gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento de interesses privados, individuais e monetários. Os saberes produzidos no campo da gestão social nascem de processos indutivos de práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira de suas aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público (Araújo, 2014, p.88).

Retomando as reflexões do gráfico anterior, as colocações de Cançado et al (2015) e a citação de Araújo (2014), pode-se considerar que o CMDI de

Palmeirópolis, na atuação de seus membros, deliberam favoráveis às reflexões dos autores, uma vez que prevalecem a lógica humanitária das ações do Conselho em benefício aos velhos e velhas do referido Município, além de estarem auxiliando uma parcela da população que, de maneira geral, é deixada de lado, vista ainda com preconceito, mesmo sendo a população que mais cresce em todo o mundo. É um bem imaterial, ter e conviver com pessoas que fizeram e fazem a melhoria da sociedade, velhos e velhas que doaram seu tempo de vida ao trabalho, à formação de famílias, à educação, ao trabalho rural, ou seja, à cidadania na construção de uma sociedade. Portanto, merecem ser tratados com dignidade, respeitando a Constituição Federal, o Estatuto do Idoso e a Declaração dos Direitos Humanos.

3.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRÓPOLIS

Segundo Silva (2012), a primeira Política Nacional de Assistência Social só foi aprovada em 1998, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cinco anos após a regulamentação da LOAS e apresentou-se insuficiente e confrontada pelo paralelismo do Programa Comunidade Solidária. Assim, após diversas lutas da sociedade civil e de categorias profissionais, no primeiro Governo do Presidente Luis Inácio Lula de Silva, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - criado nessa gestão - e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), em conjunto com o

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovaram e tornaram pública a segunda Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004.

Segundo Crus et al (2015), para elaboração da Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) necessário se faz conhecer o processo legislativo, ou seja, o conjunto de Atos realizados pela Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal, visando a elaboração das leis de forma democrática, ordenados conforme as regras definidas na Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Casa. Neste sentido, cada município, por meio da legalidade, planeja suas ações de atenção à assistência social.

De maneira geral, o SUAS deve seguir as orientações especificadas segundo Crus et al (2015):

Tabela 03 - Orientações do SUAS

PROJETO DE LEI	<ul style="list-style-type: none">• A proposta é escrita na forma de um Projeto de Lei Ordinária. • Recomenda-se que a Lei seja específica no que tange a temática da Assistência Social. • O PL deverá ser amplamente discutido com os Conselhos de Assistência Social.
TRAMITAÇÃO	<p>O Projeto de Lei é apresentado à Câmara Municipal, podendo ser de iniciativa do Poder Executivo. • Após o devido protocolamento do PL, este tramitara na Câmara Municipal e poderá sofrer alteração até a aprovação final. • Ao longo da tramitação, as alterações são apresentadas na forma de emendas ao Projeto de Lei, que são publicadas para que todos conheçam. • Divulgados o Projeto e as Emendas, são enviados pelo Presidente da Câmara Municipal para análise e deliberação das Comissões existentes, observado o regimento interno. Essas comissões iniciam o debate da proposição nos seus aspectos de legalidade, temas e recursos públicos exigidos. • É importante destacar que há outras formas de aprovar a proposta em debate, que são os substitutivos e a realização de audiências públicas com os cidadãos e atores das políticas públicas interessadas.</p>
SANSAO	Ato político de competência do chefe do poder executivo que consiste na sua aquarecência ao Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo.
VETO	O voto representa a discordância do chefe do poder executivo em relação a determinado projeto de lei. Podendo esse ser total ou parcial e sempre acompanhado de suas razões - constitucionais

Fonte: elaborado pelo autor, Crus et al (2015).

A partir deste processo democrático de tramitação, são executadas as ações com base no Projeto de Lei aprovado e, no caso de Palmeirópolis, um dos focos de atenção é o atendimento à pessoa velha. Além disso, o Município possui as demais ações propostas por Lei. A tabela 03 serve para ilustrar todo o processo democrático das políticas públicas municipais, conforme a Constituição Federal de 1988.

Segundo Crus (2015), o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com fundamento no Art. 18º Inciso II da LOAS, editou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que instituiu os serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do SUAS Art. 10º. Com base nas orientações legais, o município cria seu plano de trabalho.

Desta forma, cada município deve construir um Plano Municipal de Assistência Social, a fim de definir metas, planos e prazos para a gestão municipal da política de assistência. No que se refere à Proteção Básica, o Plano deve, necessariamente, ter como objetivo a universalização. Deve, também, estabelecer metas para a cobertura gradual em todos os territórios vulneráveis, priorizando comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos, de fronteiras, ribeirinhas e das zonas rural e urbana, por meio da oferta do CRAS. O Plano Decenal SUAS, Plano 10, aponta para a necessidade de urna gradual universalização de cobertura de serviços socioassistenciais da Proteção Básica. A Proteção Social Especial- (PSE) é dividida

em Média Complexidade, que é destinada às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos e Alta Complexidade, que visa garantir a Proteção Integral para famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça, necessitando serem retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário. A Unidade que executa os serviços nessa área de proteção social é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. Segundo Silva (2012, p.518), deve-se “debater conceitualmente a política social e compreender a repercussão de sua efetivação na vida concreta da população”, atendendo, de maneira geral, os excluídos: jovens, crianças, velhos, dentre outros.

Para cumprir a efetivação da assistência social nos municípios brasileiros, com destaque para Palmeirópolis, visualizamos algumas conquistas no Município, por meio do atendimento aos idosos, bem como a valoração e atenção ofertada aos mesmos. Para cumprir a Política de Assistência Social, o Município de Palmeirópolis deve seguir um dos objetivo: I

– a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

É importante destacar que a Secretaria de Assistência Social de Palmeirópolis realiza os demais

atendimentos determinados pelo SUAS. No entanto, como estudo aqui abordado é sobre o idoso, apenas esta demanda será discutida.

O trabalho realizado pela equipe dessa Secretaria atende as políticas públicas de atenção ao idoso, ou seja, a velhice, na medida em que oferta aos velhos muito mais que assistência social, prevista em Lei, oferta melhoria na qualidade de vida, com um espaço físico adequado e adaptado aos idosos, atividades de lazer, saúde e recreação. Além disso, um tratamento humano, amoroso e afetuoso dispensado pelos servidores do Município que atendem a referida demanda. É necessário destacar que há prestadores de serviços que não aparecem no quadro, pois as Secretarias fazem um trabalho compartilhado, um exemplo é o Educador Físico. Para ilustrar, apresentamos o quadro de servidores da Secretaria e o quadro de servidores do Centro do Idoso:

Quadro 03- Servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmeirópolis

EQUIPE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
ORD EM	SETOR	FUNÇÃO	Nº DE SERVIDOR	FORMAÇÃO
1.	GESTÃO	GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ANA PAULA RODRIGUES ALVES VAZ	ASSISTENTE SOCIAL
2.	GESTÃO	DIRETORA ADJUNTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADRIANA BORGES DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO
3.	GESTÃO	TESOUREIRA DO	ADILANIA	ENSINO MEDIO

		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SOUSA DA SILVA	COMPLETO
4.	GESTÃO	DIRETORA DOS CONSELHOS SOCIOASSISTENCIAIS	DANIELLA TAVARES BARROS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
5.	GESTÃO	TÉCNICA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	MYLENE AIRES BARBOSA	ENFERMAGEM

6.	GESTÃO	PESSOA DE REFERÊNCIA DA PROTEÇÃO ESPECIAL	MÍRIAN LOPES DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL
7.	PB FAMÍLIA	GESTORA DO CADASTRO ÚNICO/BOLSA FAMÍLIA	DABIANE CAVALCANTE CRISPIM	NIVEL MÉDIO
8.	PB FAMÍLIA	ENTREVISTADOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	LEONARDO VIEIRA BAIA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
9.	CRAS	COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FABIANA MARTINS DO SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL
10	CRAS	PSICÓLOGA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	CAMILA ROCHA	PSICÓLOGA
11	CRAS	PSICOLOGA DA EQUIPE VOLANTE	NARA KÁSSIA	PSICOLOGA
12	CRAS	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA MADALENA MOREIRA APOLINARIO	ASSISTENTE SOCIAL
13	CRAS	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA MARCIA BARCELLOS	ASSISTENTE SOCIAL
14	CRAS	TÉCNICA DO ACESSUAS TRABALHO	EMILIANA SILVA PORTILHO RAMOS	PEDAGOGIA
15	CRAS	DIRETOR DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DIVINA ALVES VINHAL	ENSINO MÉDIO COMPLETO
16	CRAS	FACILITADORA DE OFICINAS	MARIA DE FÁTIMA CARDOSO MOREIRA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
17	CRAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	QUEILA LOURENCO TELES	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
18	CRAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIA ROSA PINHEIRO CAIRES DA SILVA	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
19	IDOSO	DIRETORA DO SERVICO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	IRAILDES GOMES DA SILVA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
20	IDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ALESSANDRA DE JESUS COSTA	ENSINO MÉDIO COMPLETO

21	IDOSO	CUIDADOR SOCIAL	ARIVALDA PEREIRA DE SOUZA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
22	IDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	GILSANI FRANCISCO DA CONCEIÇÃO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

Fonte: RH da Secretaria de Assistência Social do Município de Palmeirópolis, criada pelo autor (2019).

O Centro do Idoso, espaço físico de atendimento aos velhos em Palmeirópolis, demonstra respeito, gratidão, solidariedade e responsabilidade social. O local contém um salão de festas para reuniões, atendimentos sociais e bailes; uma piscina olímpica para atividades de hidroginástica, banheiros, vestiários e uma cozinha para o preparo das refeições que são servidas nos dias de atividades. O espaço possui um transporte próprio para o translado dos participantes, dentre outros.

Conclui-se que, em relação às políticas públicas de atendimento à pessoa idosa, a Secretaria de Assistência Social cumpre o seu papel social e oferta: proteção social, garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, em atendimento às pessoas que estão na fase da velhice.

3.3.1 Fundo do Idoso – Criação, Operacionalização e a Captação de Recursos

A partir de 1980, o Estado Brasileiro passou a criar Fundos especiais nas três esferas da Federação (união, estados e municípios), com a finalidade de captar recursos financeiros a serem aplicados em áreas

específicas de prestação de serviços sociais. A Lei do Orçamento Público (Lei Federal nº 4.320/64), ao tratar dos fundos especiais em seus Artigos 71 a 74, teve o cuidado de defini-los como: “Produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços”. Logo, esses fundos especiais podem ser considerados como unidades de captação de recursos financeiros.

Com base nesse dispositivo, as legislações supracitadas instituíram o Fundo do Idoso, fundamentado no Artigo 115 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), objetivando financiar programas e ações que visem assegurar os direitos sociais dos idosos e também estabelecer condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva da terceira idade na sociedade, promulgada pela Presidência da República no Diário Oficial da União, do dia 20 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.213, institui a criação do Fundo Nacional do Idoso e autoriza a criação de congêneres nas esferas estaduais e municipais. O principal Artigo dessa Lei estabelece o seguinte:

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto de renda devido, em cada período de apuração, o total das doações feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional.

As doações podem ser feitas tanto por pessoa física quanto por jurídica. O limite para dedução no Imposto de Renda Devido das doações feitas aos Fundos dos Direitos do Idoso é de 6% para pessoas físicas, valor global, para doações feitas no respectivo

ano-calendário. No caso de doações feitas no ato da declaração, o percentual é de 3%. No caso de doações de pessoas jurídicas, o percentual de dedução é de 1%, para empresas tributadas pelo lucro real.

Os fundos podem ainda receber ou captar recursos, advindos da dotação orçamentária do governo; multas aplicadas nos termos previstos na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003

– Estatuto do Idoso, Título IV, Capítulo IV; Título V, Capítulo III, art. 83 a 84 e Parágrafo e Título VI; contribuições de governos e organismos internacionais; recursos oriundos da aplicação dos recursos no mercado financeiro; doações de pessoas físicas ou jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos da Lei 12.213, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Lei 13.797, de 3 de janeiro de 2019, e da Instrução Normativa RFB 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Sua gestão deve ser guiada pelos princípios constitucionais, que regem os Orçamentos Públicos (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e seu controle deve ser exercido por instâncias internas como o Conselho de Direito do Idoso e o Poder Executivo e externas pelo Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Destaca-se ainda o escopo normativo da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso como base estruturante para a operacionalização das ações de proteção, valorização e garantia dos direitos da pessoa velha, via Conselho e Fundo do Idoso.

Quadro 04- Principais Leis, Resoluções e Instruções Normativas:

Principais Leis Resoluções e Instruções Documentos Normativas	Descrição
Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994	Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.
Decreto nº 1.948, de 03/07/1996	Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.
Lei nº10.741, 01/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei nº12.213, 20/01/2010	Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de Renda Devido pelas Pessoas Físicas e Jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
IN. RFB nº 1.131, 21/02/2011	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para fruição dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a renda das Pessoas Físicas nas doações aos Fundos dos Direitos
IN. RFB nº 1.183, 19/08/2011	Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
Lei nº 12.594, 18/01/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010 que instituiu o Fundo Nacional do Idoso.
Resolução nº19, 27/06/2012	Estabelece critérios para a utilização dos recursos do Fundo Nacional do Idoso e para o seu funcionamento.
Marco Regulatório Lei 13.019/2014	Normas e regras de execução e prestação de contas de convênios e programas estabelecidos em parcerias <i>publico privada</i> .
Decreto nº 9.921, 18/07/2019	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.

Fonte: elaborada pelo autor (2019).

O quadro anterior esquematiza as Leis que regulam o Fundo Nacional do Idoso(FNI) e os amparos legais sobre a captação dos recursos. Esclarecendo sobre o FNI, pode-se observar que a Instituição do Fundo não significa que todas as políticas públicas voltadas a esse segmento populacional serão financiadas por essa fonte de recursos, até porque ele não seria suficiente, pelo contrário, ele tem uma

finalidade complementar, inclusive, vedada sua utilização para o financiamento de quaisquer políticas públicas de caráter continuado. O Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, define as despesas obrigatórias de caráter continuado.

A compreensão posta pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) assegura prioridade na formulação e na execução de políticas públicas específicas, afirmativas de seus direitos, o que lhes assegura prioridade no processo de garantia de recursos públicos para as áreas relacionadas à sua proteção.

No entanto, a formulação de políticas públicas para o envelhecimento é um grande desafio para o País e, em especial, aos municípios. No Brasil, a descentralização político- administrativa possibilitou a distribuição de competências e definição de complementaridades entre os entes da Federação. Esse princípio foi explicitado no Art. 46º do Estatuto do Idoso:

Art. 46º A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Neste enquadramento, comprehende-se que cada município passa a ser responsável pelo planejamento e execução de uma política local de garantia dos direitos dos velhos, integrada às ações dos demais entes federativos. Sendo a formulação da política municipal para a população velha e a deliberação sobre os recursos para essa política processos interdependentes.

A partir disso, cada estado e município precisa implementar políticas de atendimento ao idoso inclusive na criação do Conselho de Direito e o seu respectivo Fundo com fins de captação de recursos financeiros para a execução de programas e ações, tendo em vista garantir que prioridades de proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas sejam contempladas. Sendo este o entendimento geral que permeia o processo de implantação e implementação dos Fundos Municipais do Idoso (FMI).

Para criar o FMI, é necessário seguir alguns passos básicos:

Quadro 05- Criação

1 – Criação	<ul style="list-style-type: none">● O município precisa instituir o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, que é o ente competente para deliberar sobre a aplicação e a fiscalização dos recursos (Os Conselhos dos Direitos do Idoso são órgãos deliberativos, constituídos de forma paritária por representantes do governo e da sociedade civil, com o objetivo de formular e acompanhar, na União, nos Estados e nos Municípios, a execução das políticas públicas de atendimento ao idoso);● A instituição do Fundo Municipal do Idoso passa por aprovação de lei específica, sancionada pelo chefe do Poder Executivo Municipal em questão;● Mediante decreto, o chefe do Poder Executivo Municipal deverá estabelecer as normas de organização e de funcionamento do Fundo Municipal do Idoso;● O município deverá ter definido o órgão da estrutura do executivo responsável pela administração do fundo;● O fundo deverá possuir registro próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e conta bancária específica em banco público, conta especial nos termos da legislação vigente para fins exclusivos de recebimento de doações;
-------------	--

Fonte: elaborada pelo autor (2019).

Outrossim, a criação do Fundo do Idoso em cada município pode contribuir para o advento de uma nova etapa no campo das políticas públicas para o envelhecimento, a partir de uma análise cuidadosa do Conselho Municipal, este poderá recomendar ao Poder

Executivo Municipal a criação de ações inexistentes no município, propor aprimoramentos na rede de atendimento e recomendar o direcionamento de serviços ou programas aos territórios ou segmentos da população velha que estiverem descobertos ou vulneráveis.

Ademais, poderá propor políticas que devam ser executadas com os recursos do orçamento público, entre os quais figuram os recursos que venham a ser alocados no Fundo Municipal do Idoso. No entanto, o Conselho deve ser capaz de deliberar com consistência sobre a aplicação dos recursos do Fundo, por meio de diagnósticos que identifiquem os tipos, a incidência e distribuição territorial das violações de direitos e dos fatores geradores de vulnerabilidade e vitimização das pessoas velhas, bem como as lacunas, fragilidades e potencialidades do sistema de atendimento.

Os recursos devem ser previsto nas leis orçamentárias municipais, esta é uma das condições necessárias para que o fundo seja gerido de forma transparente e eficaz. Portanto, o CMDI terá como objetivo maior de sua atuação contribuir para que as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município contemplem prioridades da população velha. Para tanto, deve estar bem estruturado, ciente de suas atribuições, e dispor de planejamento, contendo a definição dos programas e as ações prioritárias a serem implementadas no âmbito do município.

Quadro 06- Operacionalização

Operacionalização:	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> É responsabilidade do CMDI elaborar o Plano de Aplicação³ dos Recursos, contendo a definição dos programas e as ações prioritárias a serem implementadas, em conformidade com as metas estabelecidas para o período e com o respectivo Plano de Ação⁴ do órgão gestor, tal como a Secretaria Municipal de Assistência Social;<input type="checkbox"/> O Conselho deverá elaborar e aprovar, na sua respectiva esfera político-administrativa, o plano de aplicação de recursos do fundo; A integração do plano à proposta orçamentária do município exige encaminhamento ao Legislativo local e sanção da autoridade competente;<input type="checkbox"/> Sob a forma de verbas orçamentárias, o plano de aplicação precisa, todo ano, ser formulado, consolidado no orçamento geral da municipalidade e, por fim, aprovado pela Câmara dos Vereadores;<input type="checkbox"/> A definição dos Programas de Trabalho que poderão ser custeados com as receitas do Fundo Municipal do Idoso deve se basear nos critérios estabelecidos na Lei Municipal que criou e regulamentou esse Fundo, devendo ser destinados ao financiamento de programas e ações, governamentais e não governamentais;<input type="checkbox"/> Os recursos captados devem ser aplicados, exclusivamente, em ações, programas, projetos e atividades voltados ao atendimento da pessoa idosa sob a orientação e a supervisão dos Conselhos do Idoso, por meio do plano de aplicação de recursos;
--------------------	--

Fonte: elaborada pelo autor (2019).

Em cada Unidade da Federação, cabe aos Conselhos de Direitos do Idoso a gestão, a definição das regras e a fiscalização dos Fundos. Cada Conselho, que é uma instância paritária (metade de representantes do governo e o restante eleito pela sociedade civil), tem a liberdade para definir as regras específicas de funcionamento do respectivo Fundo. Dentre essas regras, destaca-se a que determina como será a captação de recursos.

Em relação à utilização dos recursos do Fundo e sua organização junto ao conselho, a orientação é dada pela Resolução 19, de 27 de junho de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Sendo de competência do Conselho de Direitos do Idoso fixar os

³ O Plano de Aplicação de Recursos do Fundo do Idoso - é a programação da distribuição dos recursos para as áreas consideradas prioritárias pelo Conselho do Idoso.

⁴ Plano de Ação - instrumento de planejamento para a utilização dos recursos do fundo municipal do idoso, o qual também deverá compor a prestação de contas.

critérios de utilização dos recursos alocados neste Fundo.

Em suma, os recursos podem ser executados tanto por organizações governamentais, quanto pelas não governamentais, em programas e ações relacionadas à política do idoso, tais como: prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa velha. As entidades governamentais deverão ter seus programas e ações por meio de projetos inscritos no Conselho dos Direitos do Idoso, assim como as entidades privadas sem fins lucrativos também deverão estar registradas no Conselho dos Direitos do Idoso de sua sede para a liberação dos recursos e a execução dos projetos.

Historicamente, observamos três tipos de regras sobre a destinação de recursos pelos doadores (empresas e pessoas físicas): captação centralizada e modelo híbrido.

Figura 02- Modelo de captação de recursos



No modelo híbrido, todas as organizações com projetos aprovados motivam-se para captar recursos para o Fundo. No modelo de captação centralizada, essa função acaba ficando sob-responsabilidade do Conselho e do Poder Público (que também podem captar no modelo híbrido).

Quadro 07 - Modelos de Doações

Modelo	Captação de recursos	Participação da Empresa	Quem pode ser contemplado
Captação Centralizada	Apenas o Fundo capta recursos. Organizações interessadas aguardam o resultado da captação pelo Fundo.	Doação de recursos para o Fundo, sem vínculo com projetos específicos.	Projetos governamental e não governamental.
Híbrido	Autorização para captação por organizações. Com projetos previamente aprovados pelo Conselho.	Escolha de projetos previamente aprovados em edital gerenciado pelo Conselho.	Projetos governamental e não governamental.
Doação Livre	Empresa faz doação direcionada para organização escolhida, sem limitação de valor ou vínculo com projeto.	Total independência para definir a destinação dos recursos.	Projetos governamental e não governamental.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Antes de explicar cada um deles, é importante ressaltar que as doações de empresas e pessoas físicas sempre devem ser realizadas na conta do Fundo do Idoso, que deve ter um CNPJ próprio e uma conta bancária específica – diferente da conta da Prefeitura ou do Estado. Na sequência, esse recurso será repassado para projetos de organizações governamental ou não governamental aprovados pelo respectivo Conselho.

Quadro 08 – Captações de recursos:

Captação centralizada	Nesta modalidade, os doadores depositam o recurso diretamente na conta do Fundo, porém sem possibilidade de indicar um projeto ou programa de sua preferência. Nesse modelo, após o depósito do recurso na conta do Fundo, um chamamento público é realizado para definir quais iniciativas serão executadas com os recursos mobilizados.
Doações livres	Neste caso, empresas fazem doações para os Fundos e determinam o que deve ser feito com o recurso, podendo ser destinado a uma organização ou para execução direta de algum projeto específico pela Prefeitura. No modelo de doação livre, a definição da empresa se sobrepõe a qualquer processo de deliberação do Conselho. É importante chamar a atenção para o fato de que esse modelo está em desacordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014). A nova legislação veda a celebração de termos de fomento ou de colaboração, sem a realização de chamamento público previo. Os municípios que adotam este modelo precisam, portanto, adequar sua legislação vigente para um processo em que os projetos sejam aprovados pelo Conselho mediante chamamento público.
Modelo Híbrido	Nesse caso, as empresas depositam o recurso na conta do Fundo já indicando o projeto que será financiado pela doação. Esse projeto, no entanto, deve ser previamente analisado e aprovado pelo Conselho por meio de um chamamento público.

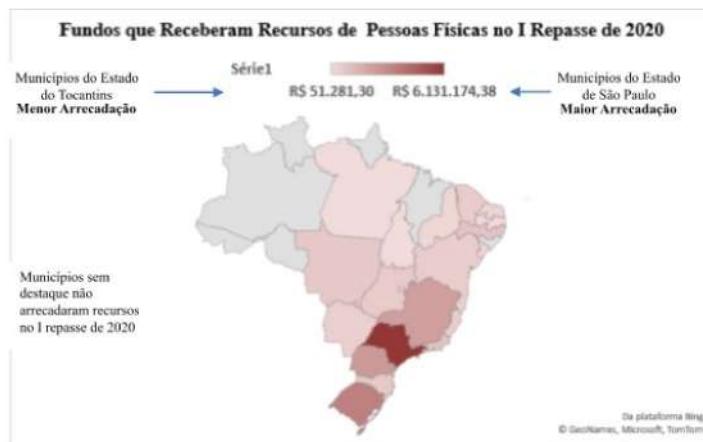
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Até 2012, os Fundos do Idoso competiam com o limite para destinação por pessoas jurídicas para Fundos da Infância, consolidados no Brasil desde o início dos anos 90. A partir da edição da Lei 12.594/2012, cada área passou a poder receber 1% do Imposto de Renda Devido pelas empresas tributadas em Lucro Real, criando um novo estímulo de doação para projetos ligados à população velha.

Neste contexto, chama atenção o potencial de captação de recursos, mediante renúncia fiscal (Imposto de Renda) que pode complementar as verbas públicas direcionadas à realização de projetos e programas, através de criação de Fundos Municipais voltados à pessoa idosa, no momento em que a população acima de 60 (sessenta) anos apresenta crescimento expressivo na estrutura etária, um mecanismo como o Fundo Municipal do Idoso, capaz de mobilizar recursos adicionais.

Dados obtidos junto à Receita Federal, por

meio da Lei de Acesso a informação, referentes às Declarações de Benefício Fiscal apresentadas pelos Fundos que receberam doações do 1º repasse em 30 de julho do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física 2020 (PGD/IRPF 2020) aos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa (FDI). Foram entregues R\$ 22.823.152,19 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e dois reais e dezenove centavos) a 428 (quatrocentos e vinte e oito) fundos, correspondendo a 21.297 (vinte e uma mil, duzentos e noventa e sete) doações, o que representa 7,7% do total de 5.570 fundos municipais, 27 fundos estaduais e o Fundo Nacional, totalizando 5.598 Fundos em potencial - que poderiam estar regulamentados e captando recursos no país.



Elaborado pelo autor (2020)

Ainda segundo os dados da Receita Federal, na Nota Técnica nº 001/2020 - CODAR encontra-se a lista dos demais 222 (duzentos e vinte e dois) fundos sem

valores repassados, por não terem recebido doações ou por estarem com o cadastro inconsistente. A correção do cadastro deve ser feita anualmente, diretamente na Secretaria Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Cabe destacar que apenas 05 dos 139 municípios do Tocantins instituíram o Fundo Municipal do Idoso. O pioneiro no Estado foi o do município de Guarai, criado no ano de 2009. Consta informar que está em trâmite para institucionalização o Fundo Estadual de Direito do Idoso do Tocantins e o Fundo Municipal de Direito do Idoso de Araguaína.

Tabela 08 – Fundos Municipais do Estado do Tocantins que Receberam Valores no Primeiro Repasse de 2020 – Pessoa Física

Municípios do Tocantins	Quantidade de doações (Programa Gerador da Declaração de Imposto de Renda- PGD IRPF 2020)	Valor das doações (Programa Gerador da Declaração de Imposto de Renda-PGD IRPF 2020)	Potencial de Arrecadação dos Municípios destinado a Pessoa Física (PF) Limite até 6
Gurupi		Fundo sem doações	RS 3.652.847,36
Guarai	21	RS 13.649,49	RS 660.528,74
Palmas	44	RS 37.631,81	RS 24.017.926,27
Porto Nacional		Fundo sem doações	RS 1.809.338,03
Palmeirópolis		Fundo sem doações	RS 112.096,49

Fonte: Nota FDI nº 001/2020 - Primeiro repasse das doações aos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa, referente ao IRPF 2020.

De acordo com os dados da tabela 08, os municípios do Estado do Tocantins não captam 1% do potencial de arrecadação dos municípios. Uma hipótese para o baixo desempenho da captação de Recursos por meio de Incentivos fiscais de pessoas físicas no Estado, pode ser a falta de informação e conhecimento, por se

tratar de uma legislação relativamente nova, apenas em 2010 foi criada a possibilidade desse incentivo fiscal. Ainda assim, concorre com outros fundos como o da Infância e Adolêscencia, Cultura, Esporte e Saúde.

Observa-se ainda qua a institucionalização dos Fundos Municipais do Idoso é uma dificuldade da maioria dos municípios brasileiros, embora grande parte destes apresentam fragilidade ou mesmo ausência de serviços qualificados de atenção ao velho(a), a falta de conhecimento em relação ao manuseio técnico/burocrático das leis de incentivo, o desconhecimento do mercado e das empresas que comumente financiam estes projetos, e das pessoas que, em boa medida, desconhecem os efeitos dessa política pública, são entraves enfrentados pelos municípios.

Para que esse desafio seja adequadamente enfrentado, um grande esforço deve ser desencadeado pelos Gestores Municipais, os Conselhos dos Direitos do Idoso e as políticas setoriais existentes em cada município (saúde, assistência social, educação, cultura, esportes, lazer, entre outras) somem forças, articulem-se com os serviços controlados pelos Estados e atuem conjuntamente, buscando conhecer a realidade da população velha, para transformá-la de maneira sustentável.

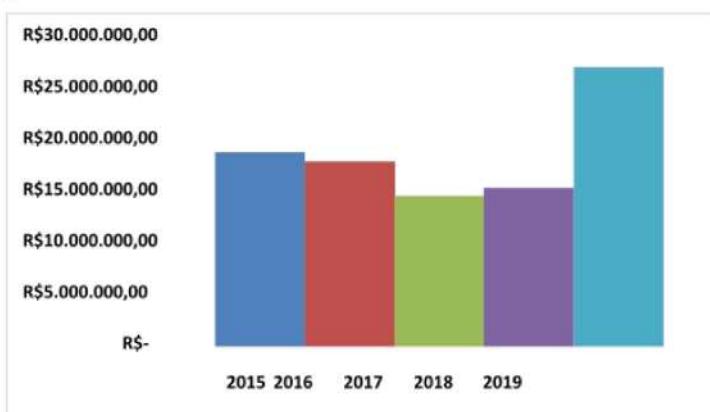
A Confederação Nacional de Municípios (CNM) reitera a necessidade da regularização dos Fundos.

Art É nesse sentido que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) acredita ser oportuno investir na regularização dos fundos e na captação de recursos para

execução de projetos sociais locais, tendo em vista as dificuldades econômicas nacionais e locais regionais e a ausência de uma estrutura de cofinanciamento que seja regular e envolva os Entes federados, diz o estudo divulgado pela NOTA TÉCNICA No 19/2017.

Dados acessados por meio do Portal da Transparência do Governo Federal mostra que, nos anos de 2015 a 2020, o Fundo Nacional do Idoso arrecadou um total de R\$ 93,8 milhões – o que representa uma arrecadação média de quase R\$ 16 milhões por ano desde então (com pico de R\$ 26,9 milhões em 2019).

Gráfico 04- Receita Realizada (Valor Arrecadado) de Receitas por Ano Fundo Nacional do Idoso



Fonte: portaltransparencia.gov.br/receitas/consulta – Fundo Nacional do Idoso (2020)

Fica evidente, portanto, a existência de um amplo espaço para que as doações aos Fundos dos Direitos do Idoso cresçam e ajudem a viabilizar programas de atendimento prioritários na área do envelhecimento. Isto será tanto mais provável quanto

maior for o número de contribuintes (cidadãos e empresas) que, juntamente com as destinações financeiras, sejam informados sobre essa possibilidade pelos Conselhos do Direitos do Idoso e sejam convidados por esses Conselhos a acompanhar o desenvolvimento das ações financiadas pelos Fundos.

Segundo Magalhães, “a criação de fundos municipais trouxe para os municípios a gestão e a decisão de utilização das verbas destinadas pelo Estado e pela União a partir de critérios para o recebimento dessas verbas” (MAGALHÃES JUNIOR, 2002, p. 6). Portanto, todos os gestores municipais podem, dependendo dos objetivos da gestão municipal, utilizarem-se destas possibilidades para viabilizarem recursos, implementando ações benéficas para os moradores de seus municípios.

A exemplo desta captação, o Município de Palmeirópolis, objeto do presente estudo, busca demonstrar como a regulamentação do Fundo do Idoso tem contribuído para a execução dos programas e ações para as políticas voltadas para a pessoa velha. Por iniciativa da Secretaria de Assistência Social do Município que, diante a necessidade e com recursos limitados para o devido atendimento dos programas e projetos voltado ao público idoso, entendeu a importância da criação do fundo municipal e a aplicabilidade dos recursos em projetos e programas governamental e não governamental como instrumento capaz de auxiliá-los na execução e efetividade de políticas públicas e a promoção da qualidade de vida dos velhos.

3.3.2 Fundo Municipal de Direito do Idoso – FMDI a Experiência de Palmeirópolis

Instituído pela Lei N° 357, de 26 de novembro de 2015, o Fundo Municipal de Direito do Idoso de Palmeirópolis foi constituído com a finalidade de tornar-se uma fonte de captação de recursos para implantação, manutenção e desenvolvimento de programas e projetos destinados ao desenvolvimento das ações prioritárias locais de defesa e promoção dos direitos dos velhos.

Inicialmente, foram realizadas pesquisas pela equipe para implantação e criação do FMDI. A pesquisa envolveu as diversas Secretarias e ocorreu por uma articulação da equipe de Assistência Social com os demais Órgãos e Setores, que contemplavam o Setor Jurídico e Contábil da Prefeitura, a Secretaria de Administração e Secretaria da Saúde do Município. No total, sete pessoas fizeram parte da equipe. As principais dificuldades apontadas pela equipe foram: a) complexidade da Lei; b) a falta de informação sobre a execução dos recursos por Órgãos Governamentais; c) a falta de conhecimento sobre captação por meio de incentivos fiscais.

Ao Município, restou avançar na institucionalização do Fundo ciente dos desafios. Com a criação da Lei, foi instaurado o Conselho Municipal dos Direito do Idoso - CMDI órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o velho no âmbito do Município.

Atualmente, oito pessoas compõem o CMDI, representado pelas Secretarias Municipais: de Assistência Social, Saúde, Educação e de Cultura, Esporte e Lazer, além de 01 (um) representante de Organização de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizado e em atividade, 01 (um) representante de outras entidades que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção do idoso e 01 (um) representante de Credo Religioso, com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção dos velhos.

Ao Conselho, cabe exercitar em plenitude o papel gestor que o Estatuto lhe atribui. Para tanto, foi instaurado um fluxo de trabalho contínuo, a fim de que suas ações obtenham mais alcance e os resultados possam ser medidos e apresentem maior eficácia no desenvolvimento das Políticas Públicas do Idoso no Município.

O fluxo de trabalho é articulado em prazos que viabilizem a inclusão de propostas de ação no ciclo orçamentário do Município, com competências atribuídas ao CMDI e à Secretaria de Assistência Social, órgão gestor das Políticas Públicas do Idoso. Cabe destacar que as ações são realizadas em conjunto entre CMDI e a Secretaria de Assistência Social, porém as decisões de prioridades e escolhas dos projetos, bem como a aprovação da prestação de contas, é exclusiva do CMDI, como exemplificada no fluxo a seguir.

Fluxo de Trabalho do CMDI de Pameirópolis:



Fonte: Planejamento Organizacional do CMDI de Palmeirópolis

Em suma, esse fluxo de trabalho é condição indispensável para que o CMDI se empodere e exerça plenamente o papel de gestores de políticas públicas. Observa-se ainda que o fluxo instaurado pelo CMDI, mesmo sendo um processo metodológico organizacional, assemelha-se ao ciclo da política pública descrito por Secchi (2014, p.33), que caracteriza o ciclo em sete fases: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação e Extinção.

O levantamento das prioridades é realizado por meio de dados demográficos, socioterritorial do CRAS e indicadores de saúde municipal de Palmeirópolis. Com o resultado das evidências, obtém-se o

diagnóstico da realidade local, em resposta as principais violações dos direitos do velho. É importante destacar que o diagnóstico não é uma ação pontual, mas uma ferramenta para o planejamento nas definições de prioridades, proposição de ações que respondam às necessidades diagnosticadas e acompanhamento da inclusão de programas de ação.

Com base nas prioridades do diagnóstico, são definidas as ações que serão integradas no Plano de Ação e Aplicação para execução na Política Municipal de Atendimento à Pessoa Velha. A partir daí, inicia a divulgação das prioridades de atendimento da população velha à sociedade, para mobilizar recursos para esse Fundo, contribuindo, assim, para o financiamento das ações necessárias.

Os recursos são oriundos de contribuições dedutíveis do Imposto de Pessoas Físicas e Jurídicas, de contribuições dos Governos, inclusive da União, de organismos nacionais e internacionais, de multas aplicadas com base na Lei 10.741/03 e outras. Os recursos são geridos pelo Conselho do Idoso. Portanto, essa organização, a gestão municipal, tomou como foco de gerenciamento e as tomadas de decisões ocorrem, conforme a Lei determina, democraticamente, com a participação dos representantes.

Na busca por recursos, a divulgação é feita por meio de projetos. Segundo Armani (2000), os projetos não existem isoladamente, eles apenas fazem sentido na medida em que fazem parte de programas ou políticas mais amplas, tanto no setor público como no

setor não governamental. Afirma ainda o autor que a utilidade dos projetos é o fato de colocarem em práticas as políticas na forma de unidades de intervenção concretas.

Um ponto forte identificado no Município são empresas em funcionamento na região tributadas pelo lucro real com grande potencial de dedução do imposto de renda para financiamento desses projetos. A tabela abaixo consta a descrição dos projetos financiados pelo Fundo Municipal de Direito do Idoso de Palmeirópolis no período de 2015 a 2019.

Tabela descrição dos projetos financiados no período de 2015 a 2019.

ANO	Valor captado	De onde?	Investimento/aquisição	Quantos velhos atendidos?
2015		Neste ano, a equipe de gestão municipal iniciou as análises e estudos para elaboração de projetos de captação de recursos.		
2016	R\$ 3.820,00 R\$ 94.000,00	Pessoas Físicas ENGIE Brasil Energia Comercializadora LTDA.	Piscina para hidroginástica	60 velhos matriculados
2017	R\$219.390,00	ENGIE Brasil Energia Comercializadora LTDA.	Salão de Eventos e vestiários	Idosos cadastrados e a comunidade-
2018	R\$ 199.685,00	Companhia Energia Elétrica Estreito – CEE Pessoa física	Aquisição de um microônibus, tipo Van	Atendem um total de 48 matriculados
2019	R\$ 419.000,00	Energisa	Construção da Casa Lar para atendimento de até 12 idosos.	Pessoas que necessitam deste atendimento.
	RS 935.895,00			

Fonte: Dados da pesquisa, criado pelo autor (2020).

Consta informar que os projetos foram executados por órgão governamental (Secretaria de Assistência Social) no período de 2015 a 2018, com base na RESOLUÇÃO Nº 19/DE 27 DE JUNHO DE 2012 – CNDI (Conselho Nacional de Direito do Idoso) orienta as condições de aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Idoso:

Art. 7º - prevê a destinação ao financiamento de programas e ações, governamentais (pertencente ou relativo ao governo, ao poder executivo) e não governamentais (instituição privada sem fins lucrativos que tem como objetivo atuar em áreas onde não chega o poder público) que - ajudarão a implantar ou aprimorar o funcionamento de serviços (indicados no Decreto nº 1.948/1996).

A Confederação Nacional dos Municípios – CNM, por meio de Nota Técnica 20/2019 de 7 de outubro de 2019, também orienta sobre o uso dos recursos do Fundo Municipal do Idoso:

Em suma, os recursos podem ser executados tanto por organizações governamentais quanto pelas não governamentais, em programas e ações relacionadas à política do idoso, tais como: prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. As entidades governamentais deverão ter seus programas e ações inscritos no Conselho dos Direitos do Idoso, assim como as entidades privadas sem fins lucrativos também deverão estar registradas no Conselho dos Direitos do Idoso de sua sede.

Na perspectiva da mobilização destes recursos, as organizações governamental e não governamental articulam-se em busca de patrocinadores e parceiros para a execução de seus projetos. A construção da Casa Lar para velhos (projeto 2019) foi realizada por meio

de organização não governamental (única no município com atendimento aos velhos), concluída em 2020, Atualmente, da Casa Lar para velhos está em funcionamento por meio de termo da parceria com o Município, conforme Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor.

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Todos os projetos foram concluídos. Atualmente, o Município de Palmeirópolis é o único no Estado a executar projetos governamentais de atendimento ao velho e a mobilizar o maior número de recursos para o Fundo Municipal do Idoso no Tocantins. O Município pretende ampliar a captação por meio de pessoas físicas e jurídicas para dar continuidade aos programas de atendimento aos idosos.

Gráfico 04 – População idosa de Palmeirópolis



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 – Palmeirópolis/TO (pessoas a partir de 50 anos).

Ao comparar o número de habitantes do Município, o número de pessoas velhas, e buscando, dentro da legalidade, as oportunidades de viabilizar recursos, a gestão fez a opção correta por cumprir a Lei e atender uma parcela da sociedade que merece atenção e respeito: os idosos.

O mais importante é destacar que, no recorte da pesquisa 2015 a 2019, a Secretaria Municipal de Assistência Social captou um total de R\$ 935.895,00, utilizou de forma equitativa e consultiva e trouxe melhoria no atendimento às políticas públicas voltadas às pessoas idosas do Município de Palmeirópolis.

4. METODOLOGIA

Nesta sessão, trazemos o percurso para o referido estudo, os dados iniciais do projeto, a escala de felicidade e os procedimentos da pesquisa. A pesquisa não passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se utilizou do amparo contido na Resolução CNS nº 510/16, no item sobre pesquisa de opinião pública. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁵.

4.1 Primeiros Passos da Pesquisa

A pesquisa pretende resolver um problema e a problemática de pesquisa versa sobre o financiamento de políticas públicas de atendimentos às pessoas velhas do Município de Palmeirópolis. Neste sentido, os recursos para financiar as ações de um município nas várias vertentes de atendimento, envolvendo a oferta de ações a partir das políticas públicas, estão cada vez

⁵ Os TCLE estão de posse e guarda do pesquisador.

mais escassos. Quais os caminhos utilizados pela gestão municipal na captação de recursos para atender as demandas da assistência social em relação ao atendimento à pessoa idosa? Quais são os atendimentos efetuados pela Secretaria de Assistência Social? Visando delinear a proposta de pesquisa, os objetivos são de suma importância, pois determinam de onde irá partir e onde deseja chegar. Desta forma, elencou-se o objetivo geral: avaliar o projeto de atendimento à pessoa velha, por meio de ações sociais promovidas pela Secretaria de Assistência Social do Município de Palmeirópolis, com base na captação de recursos no período entre 2015 a 2019.

Foram elencados três objetivos específicos que devem atender ao objetivo geral: a) Descrever sobre políticas públicas, o envelhecimento humano e as Leis de amparo à velhice, entrelaçando com as responsabilidades sociais do Município de Palmeirópolis; b) Discutir como a Secretaria de Assistência Social do Município realiza a captação e execução de recursos, para atender aos velhos de Palmeirópolis; c) Apontar se houve melhorias no atendimento à pessoa velha, por meio das ações sociais promovidas pela Secretaria de Assistência Social realizadas no Município.

Como os investimentos ofertados atendem as pessoas acima de 60 anos no Município de Palmeirópolis? O projeto de atendimento às pessoas idosas do Município tem obtido resultados, pode-se elencar os mesmos? As captações de recursos tem sido utilizadas para este fim?

Para refletir sobre o problema de pesquisa, trazemos a hipótese: a captação de recursos municipais traz um diferencial para o Município, oportuniza desenvolvimento para a região, oferta melhores condições de atendimento à pessoa velha e auxilia no cumprimento do Estatuto do Idoso.

Este estudo justifica-se na medida em que irá cumprir uma etapa das exigências do curso de mestrado em gestão pública, ofertado pela Universidade Federal do Tocantins, em parceria com a Associação Tocantinense de Municípios – ATM e, de certa forma, aponta a visão de gestão municipal, voltada para atender o vulnerável em vários setores da sociedade. No entanto, a pesquisa necessitava centrar num único objeto, optou-se pelos velhos do Município de Palmeirópolis. A opção foi, também, por traduzir meu respeito, enquanto gestor, filho e neto e, certamente, o de avô, futuramente.

Além disso, traz uma discussão importante, pois apresenta algo difundido no Estado do Tocantins que ainda ocorre de forma tímida: a captação de recursos por gestores públicos municipais e traça um perfil da gestão da Secretaria da Assistência Social do Município de Palmeirópolis na busca de captação de recursos.

Neste caso da pesquisa, há indícios de ações executadas pela Secretaria de Assistência Social, ligadas ao atendimento às pessoas velhas. A pesquisa busca identificar como são feitas as captações, como as ações aos velhos são garantidas no Município e quais atendimentos são dispensados a esta clientela, tão

esquecida na maioria dos municípios brasileiros.

A pesquisa também traz um referencial teórico sobre políticas públicas e a captação de recursos, como, onde e de que forma isso pode ocorrer, de forma a despertar nos leitores/gestores, novas oportunidades de desenvolvimento social, econômico e regional. A captação de recursos e o investimento destes no atendimento aos velhos, podendo a pesquisa ser um arcabouço de novas possibilidades de estudo.

4.2 Método de Análise

Segundo Yin (2001), o método de estudo é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em Ciências Sociais. O autor esclarece que o procedimento de estudo de caso deve ser aplicado como estratégia de pesquisa e pode ser desenvolvida em estudos de muitas situações, tais como: política, ciência política e pesquisa em administração pública; sociologia e psicologia comunitária; estudos organizacionais e gerenciais.

O autor deslinda que, para utilizar a referida metodologia, faz-se necessário juntar evidências do estudo de caso encontradas em seis fontes de evidências (documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observações participantes e artefatos físicos). O teórico explana que a coleta de dados, em geral, é feita com vários procedimentos quantitativos e qualitativos, que podem ser incorporados ao produto final da pesquisa, esclarece Yin (2001).

A delimitação do recorte temporal, que

compreende o período de 2015 a 2019 na cidade de Palmeiropólis-TO, é por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, o ente do Poder Público, responsável pela captação e aplicação dos recursos para o desenvolvimento da Política Pública da População velha.

A utilização da metodologia do estudo de caso atende aos objetivos propostos na presente pesquisa. É uma ferramenta de pesquisa, realizada tanto em indíviduo, família, grupo ou comunidade, que se revele representativa no seu universo (CERVO, BEVIAN, 2007). A aplicabilidade da referida metodologia exige do investigador o emprego de alguns processos e procedimentos tais como: protocolo de estudo, preparação prévia para ir a campo e a organização de dados, entre outros. No entanto, faz-se necessária a utilização de uma associação de metodologias, ou seja, para confirmar ou refutar a hipótese do presente percurso de pesquisa, é essencial a análise documental.

Foi realizada uma investigação documental, utilizando-se de Atas do Conselho Municipal de Política Pública da Pessoa Idosa, relatórios de prestação de contas dos recursos (captados e recursos próprios do Município), Leis (Federal, Estadual e Municipal), entre outros. Segundo Cellard (2008), o uso de documentos em pesquisa, deve ser apreciado e valorado. As informações destes podem extrair e resgatar fatos e acontecimentos sociais, políticos e culturais. Justifica-se o uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista que contribui para ampliar o entendimento de objetos, cuja

compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Em conformidade com o autor, a importância e a justificativa para usar documentos em pesquisa é que estes permitem acrescentar a dimensão temporal e a compreensão do social, político e cultural do conteúdo destes. Tal metodologia contribui para identificar o processo de maturação e de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros, explica o pesquisador.

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devam ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer a inferência.

Os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica, para que o seu conteúdo seja entendido, explica May

(2004). Portanto, os documentos não são construídos isoladamente e seus conteúdos são elaborados, construídos a partir do contexto sócio-histórico.

Os procedimentos da análise documental, para Appolinário (2009), são desenvolvidos, fazendo a discussão em cada tema e as informações que apresentam incluem o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico. A análise de documentos, recorre-se, geralmente, para a metodologia da análise do conteúdo:

[...]Conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados lingüísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a um teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009, p.27).

Segundo Bardin (2007, p.26), “a Análise de Conteúdo é um método muito empírico, dependendo do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. A autora esclarece que não existe regra fixa em análise de conteúdo, o que existe são algumas regras. Ao trabalhar com o método que tem uma amplitude, a referida autora ressalta a importância de se definir a ferramenta Unidade de Registro (UR), que “é a unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2007, p.104).

Oliveira (2018), apoiando-se no pensamento da autora, explica que é necessário definir as Unidades de Registros (UR) utilizadas no presente método de

pesquisa, ou seja, é necessário categorizar o corpus da pesquisa, isso implica dizer que é necessário definir palavras “chaves”, por exemplo, “*falta de recursos*”, “*infraestrutura inadequada*”, “*idoso*”, “*políticas públicas*”, entre outras.

A análise quantitativa, segundo Oliveira (2018), constitui-se na frequência de aparição de alguns elementos na mensagem. Já a abordagem qualitativa utiliza-se de certos elementos não frequenciais, suscetíveis de permitir inferências. A organização na análise de conteúdo, o autor, apoiado no pensamento de Bardin (1977, 2007), esclarece que a metodologia segue três etapas: a pré-análise a primeira desta, que consiste em estabelecer contato com os documentos e analisar o texto, esta fase chama-se “leitura flutuante”, que pouco a pouco torna-se mais precisa, possibilitando a formulação de hipótese ou objetivos e a elaboração de indicadores temáticos, para fundamentar a pesquisa. Esta fase será concluída a partir das leituras referentes ao objeto e do próprio referencial teórico, que contribuirão para definir variáveis e categorias de análise.

Concluída esta etapa, passa-se para a segunda, que é composta pela exploração do material, esta fase é o que se chama propriamente de análise. Nesta etapa, o trabalho foi realizado, por meio da codificação, que se transforma, segundo as regras, os dados ainda em bruto do texto, por meio de “[...] recorte, agregação e enumeração, que permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão susceptível de esclarecer o analista, acerca das características do texto

que podem servir de índices" (BARDIN, 2007, p. 97).

A terceira etapa é o tratamento dos resultados, ou seja, faz-se a inferência, a dedução e a interpretação. Os dados, em bruto, são tratados de maneira a serem significativos falantes. As operações estatísticas simples (percentagens) e as complexas (análise fatorial) permitem estabelecer resultados que o analista, de posse destes, pode propor inferências e explicar as interpretações, a propósito dos objetivos previstos na pesquisa e outras descobertas inesperadas. Portanto, a utilização deste tipo de análise, sempre que realizada, deve ser fundada na presença de índices, tais como: tema, palavra, personagem, etc.

O conteúdo a ser analisado no estudo será extraído das entrevistas, com um total de 30 usuários do Centro do Idoso da cidade de Palmeirópolis-TO, com as famílias dos idosos e com os funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social. Os dados foram colhidos, por meio de entrevistas semiestruturadas, através de meios eletrônicos (celulares, smarts fones e câmera: fotográfica multifuncional). Em seguida, foi efetuada a decupação (*transcrição*), seja por meio de aplicativos que converte os formatos de áudio ou imagem em textos e pelo procedimento tradicional (*ouvir ou assistir*), desses dados. Foi aplicado um questionário socioemocional para 57 idosos frequentadores do Centro.

4.2.1 Instrumentos da coleta de dados

O Centro do Idoso Lina de Palmeirópolis, do

Estado do Tocantins, atende 154 idosos acima de 60 anos de idade moradores deste Município. Os mesmos residem em zona urbana e rural. Nesta amostra, temos um total de 30 entrevistados e questionários, aplicados para 57 usuários do Centro. O planejamento da pesquisa era aplicar 130 questionários, no entanto, por causa do início da pandemia do coronavírus, aplicou-se 57.

4.2.1.1 Entrevista semiestruturada

Os sujeitos da pesquisa são 06 membros das famílias dos usuários do Centro do Idoso Lina. O critério de seleção das famílias será o econômico, a renda das famílias: duas famílias que ganham menos de um salário mínimo, duas que ganham mais de um salário mínimo e duas que ganham acima de três salários mínimos.

Um quantitativo de 30 velhos, homens e mulheres acima de 60 anos, moradores da zona urbana e rural do Município de Palmeirópolis, no Estado do Tocantins, também foram entrevistados e o critério de seleção foi: idosos que mais participam das atividades ofertadas no Centro do Idoso.

Fizeram parte dos entrevistados os servidores que trabalham na Secretaria Municipal de Assistência Social. Foram aplicadas entrevistas com esses participes, um total de três pessoas.

O Centro do Idoso atende um total de 154 usuários. Estes participam nos atendimentos de atenção ao idoso, na hidroginástica, rodas de jogos de barralho, reuniões, palestras e bailes, atividades que acorrem

duas vezes por semana. As perguntas da entrevista semiestruturada para as duas classes de entrevistados são de 11 questões. As discussões serão apresentadas nos subitens que se seguem.

4.2.1.2 Questionários

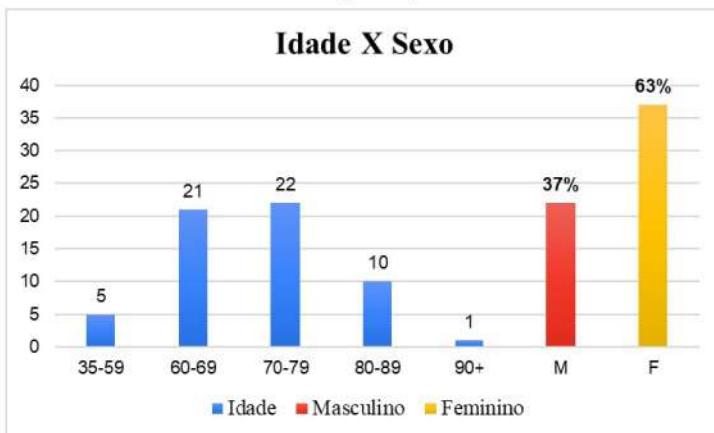
Os questionários foram aplicados nas famílias dos idosos, referentes às atividades ofertadas pelo Centro. Foi aplicado, também, aos usuários, um questionário com o objetivo de traçar o perfil socioemocional destes do Centro. Segundo dados do IBGE(2019), o Município de Palmeirópolis conta com um total de 777 idosos, com idade entre 60 a 100 anos.

O questionário estava planejado para ser aplicado para 130 idosos usuários do Centro do Idoso. O critério de aplicação do questionário foi para os que possuem mais frequências às atividades ofertadas pelo Centro do Idoso. Entretanto, com a pandemia do coronavírus e como os idosos são do grupo de risco, conseguiu-se aplicar, no início do ano, o questionário, para apenas, 57 idosos, que será utilizado nesta pesquisa.

O questionário está divido em blocos de conteúdos: dados pessoais, econômicos, situacionais, de contexto social, de saúde, institucionais e Escala geral de felicidade.

Apresento os dados pessoais dos idosos, frequentadores do Centro do Idoso que responderam os questionários:

Gráfico 06 – Idade e Sexo dos participantes



Fonte: questionários aplicados(2020).

Dentre os que responderam os questionários, temos maior número de mulheres e pessoas com idade entre 60 a 79 anos de idade. Em relação a questões étnicas, os gráficos criados, a partir dos questionários, nos apresentam a grande maioria parda.

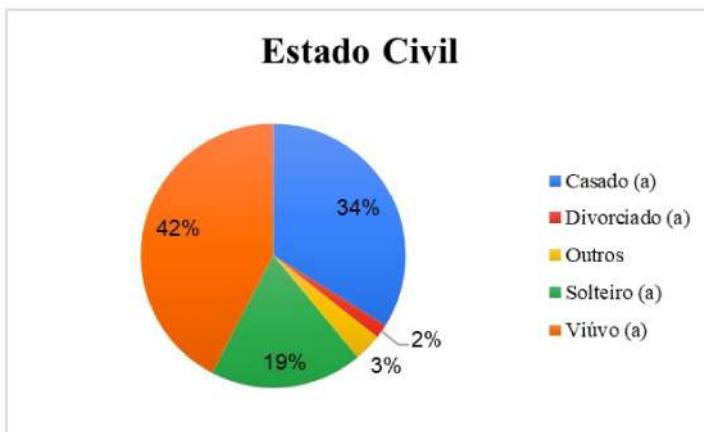
Gráfico 07 - Etnia



Fonte: questionários aplicados (onde se lê 5, leia-se 3).

Em relação à situação civil dos entrevistados, encontram-se 42% divorciados, 34% casados. Como o Centro é um ponto de encontro, houve vários casamentos de frequentadores que puderam se conhecer a partir das atividades ofertadas. A maioria dos participantes afirmam possuir três ou mais filhos.

Gráfico 08 – Estado civil



Fonte: questionários aplicados(2020)

A região do Município de Palmeiropólis é eminentemente agrícola. Pode-se observar nas respostas dos questionários em relação à profissão e à escolaridade. A maioria afirma ser lavrador e 76% não concluíram o ensino fundamental, conforme dados no gráfico:

Gráfico 09 – Profissão e Escolaridade



Fonte: questionários aplicados(2020).

Os gráficos apresentados apontam o perfil dos entrevistados, acrescentando ainda que a maioria deles possui uma prática religiosa: 71% são católicos e 29% evangélicos e um bom relacionamento com os familiares.

4.3 Escala da Felicidade

Segundo Rodrigues (2007, p.17), as “pessoas felizes possuem benefícios tangíveis nos mais diversos domínios da vida, derivados deste estado mental positivo.” Rodrigues, com base em Seligman & Csikszentmihalyi (2000), destaca que o bem-estar subjetivo (BES), ou felicidade, refere-se ao que as pessoas pensam e como se sentem sobre suas vidas, construindo conclusões em bases afetivas e cognitivas sobre sua existência. O estudo de Rodrigues(2007), nos dará a base para as reflexões sobre o questionário aplicado aos usuários do Centro do Idoso do Município de Palmeirópolis, visando analisar se o atendimento da Instituição reverbera em felicidade para os usuários.

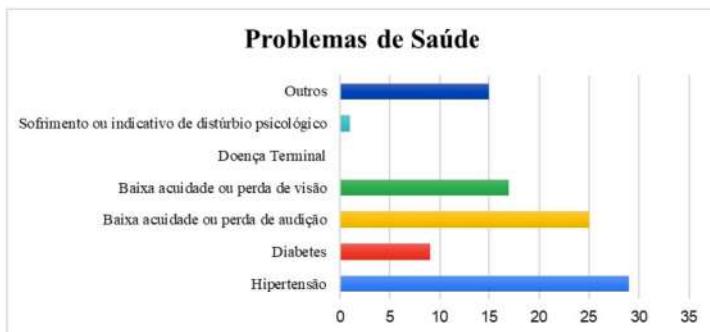
Para Rodrigues (2007, p.22), “a mensuração da felicidade, ou bem-estar subjetivo, normalmente, é feita através de instrumentos de auto-avaliação e possui diversas escalas com diferentes estruturas, envolvendo desde múltiplos itens até escalas de item único”. Os termos *felicidade* e *bem-estar subjetivo* são empregados como sinônimos (Veenhoven, 1994). As pessoas participantes da pesquisa, ou seja, que responderam os questionários, são pessoas que, segundo sua matrícula no Centro do Idoso, apresentam boa saúde mental e física.

Ainda para Rodrigues (2007), os fatores que envolvem a determinação do BES são fundados em duas bases: as condições externas e os processos internos. As condições externas são os contextos nos quais o indivíduo está inserido, enquanto que os processos internos são os mecanismos individuais pelo quais processam o nível de satisfação com a vida. Os entendimentos, tanto da sistemática mental, quanto dos fatores conjunturais, oferecem condições das pessoas velhas desfrutarem mais e melhor suas vidas (Veenhoven, 1994).

Portanto, quando questionados sobre sua vida pessoal e social, alguns entrevistados poderiam, pelas suas condições, demonstrar estar infelizes, ou muito tristes, mas demonstraram que são muito resilientes. A maioria apresenta uma renda de até R\$ 1.045,00 e 80% não possuem planos de saúde. Possuem, em seus lares, os eletrodomésticos básicos (geladeira, fogão, tv). Mais de 50% possuem residência própria. Fuentes e Rojas (2001) destacam que a renda possui relação direta com

a felicidade, pois quanto maior for o nível desta, mais facilmente as necessidades serão satisfeitas. Em relação aos problemas de saúde, obsevem o gráfico:

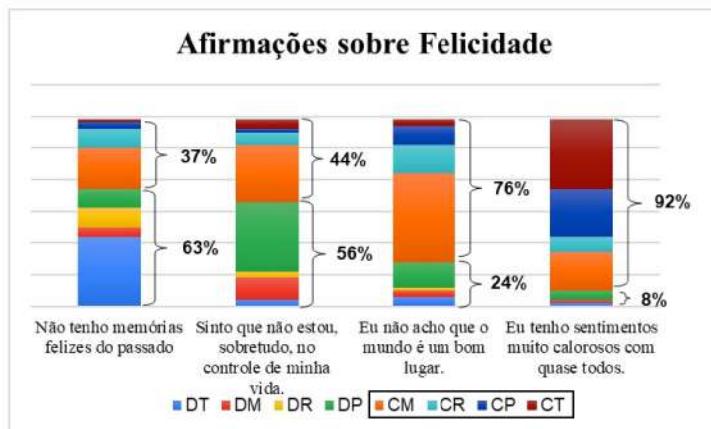
Gráfico 10 – Problemas de saúde dos entrevistados:



Fonte: questionários aplicados(2020).

Portanto, com todos esses problemas que apresentam os entrevistados, podemos afirmar que o Centro do Idoso e as atividades ofertadas trazem felicidade para seus atendidos. Observemos a escala de felicidade encontrada por meio da aplicação dos questionários. Faz-se necessário descrever a legenda: DT – Discorda Totalmente; DM – Discorda Moderadamente; DR – Discorda Razoavelmente; DP – Discorda Parcialmente; CM – Concorda Moderadamente; CR – Concorda Razoavelmente; CT – Concorda Totalmente; CP – Concorda Parcialmente.

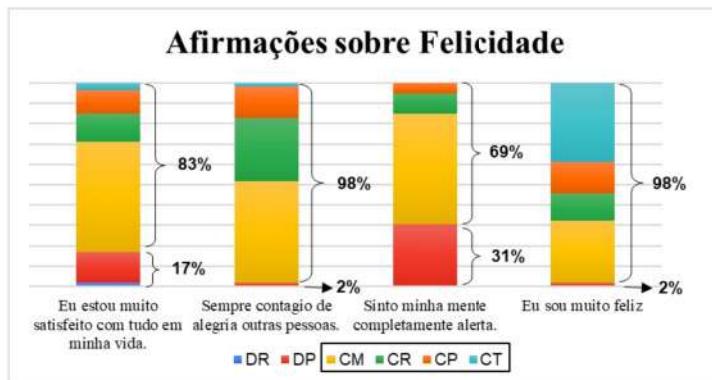
Gráfico 11 – Felicidade dos entrevistados:



Fonte: questionários aplicados(2020)

As percentagens distribuídas nos gráficos apresentam-se em dois blocos: primeiro os que concordam e segundo os que discordam, por exemplo, o primeiro indicador: Não tenho memórias felizes do passado, 37% concordam e 63% discordam, simplificando, 37% não possuem memórias felizes no passado, e 63% possuem, pois discordam da afirmativa. Ou seja, os dados apontam que sentem-se felizes com a fase em que estão vivenciando: a velhice.

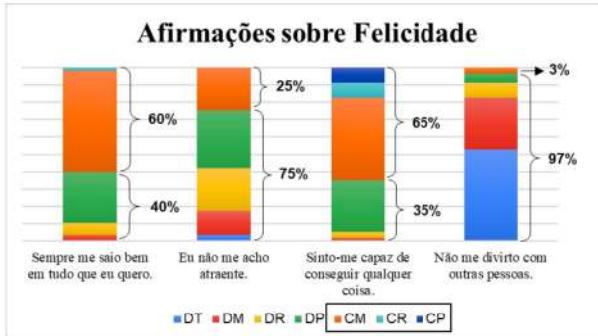
Gráfico 12 – Felicidade dos entrevistados:



Fonte: questionários, a percentagem nos gráficos esta distribuido em dois blocos: 1º concordam; 2º discordam, autor (2020).

No gráfico anterior, em relação a indicadores de felicidades 83% apontam que estão satisfeitos com sua vida, 98% sempre estão felizes com outras pessoas e apenas 69% afirmam estar com a mente alerta, por causa dos problemas de memória próprio da fase da vida. No entanto, 98% afirmam estar felizes.

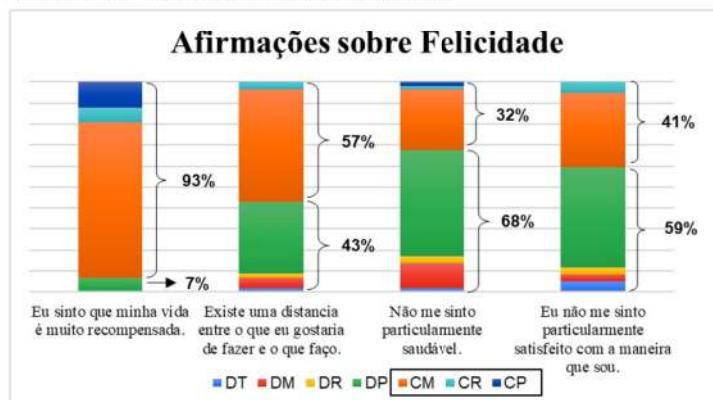
Grafico 13 – Felicidade dos entrevistados:



Fonte: questionários aplicados(2020)

Os dados apresentados apontam o quanto a autoestima dos velhos é fortalecida com a estrutura social, psicológica e de saúde para atender os idosos de Palmeirópolis, visão de gestão municipal que valora os velhos. O último indicador nos faz refletir o quanto eles sentem-se seguros nas atividades do Centro, pois quando respondem que 97% concordam que “não me divirto com outras pessoas” faz crer que se estiverem em outro lugar que não seja o Centro, estão sem diversão, sem acolhimento.

Gráfico 14- Felicidade dos entrevistados:



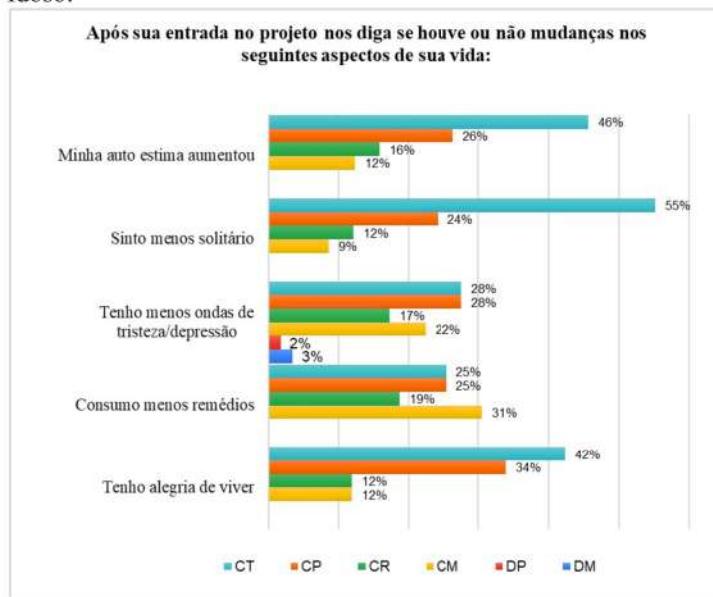
Fonte: questionários aplicados(2020).

A situação econômica dos entrevistados apresenta-se com baixa condições. Em relação à saúde, apresentam alguns problemas, muito próprios da idade, exemplo de um destes: dificuldade de locomover-se caminhando, um dos motivos de adquirir o transporte Van para o atendimento qualitativo. Mesmo assim, sentem-se felizes com a vida que desfrutam.

O gráfico aponta o quanto a vida dos velhos melhoraram após o atendimento do Centro, no que diz respeito à expectativa de vida, saúde, relacionamento, autoestima, redução da solidão, dentre outros benefícios para a vida dos velhos e velhas que frequentam o Espaço. Pode-se dizer que a execução dos projetos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Palmeirópolis trouxe novos olhares para a população de velhos, melhorando a qualidade de vida desta população e fazendo-a mais feliz.

Segundo o estudo de Oliveira e Rodrigues (2019, p.260), onde se discute a questão dos espaços que ocupamos no mundo, levanta-se a possibilidade de “criar um robusto método de análise a partir de uma melhor definição sobre a felicidade humana”, indicando o quanto será promissor ponderar a questão da felicidade, podendo “analisar por meio de questionários e entrevistas”, situação totalmente realizada neste estudo em Palmeirópolis envolvendo os velhos e velhas usuários do Centro do Idoso.

Gráfico 15 – Mudanças de vida dos frequentadores do Centro do Idoso:



Fonte: questionários aplicados(2020)

Pode-se concluir com os dados apresentados, tanto nas respostas dos questionários, quanto nas entrevistas com frequentadores e familiares, que as atividades ofertadas para os velhos de Palmeirópolis proporcionam melhor qualidade de vida e reverbera em felicidade para esse grupo, pois pessoas felizes apresentam boa saúde, e desenvolvem um bem estar social.

5. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Esta sessão destina-se a apresentar, de fato, o extrato de toda pesquisa realizada no Município de Palmeirópolis: o estudo sobre o Centro do Idoso, a avaliação das políticas públicas de atendimento às pessoas que residem e possuem mais de sessenta anos, bem como a demonstração de como a Secretaria de Assistência Social capta recursos para dar continuidade à oferta de melhores condições de atendimento aos velhos e velhas desta cidade.

5.1 Políticas Públicas de Atendimento ao Idoso de Palmeirópolis

As políticas públicas, segundo Teixeira (2002), são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Nesse caso, são políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que, normalmente, envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre há compatibilidade entre as intervenções, declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas, também, as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (ABRANCHES, AZEVEDO, 2004; SOUZA, 2006; SECCHI, 2014).

Elaborar uma política pública significa definir

quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza da proposta política em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas de Políticas Governamentais, pois nem sempre políticas governamentais são públicas, embora sejam estatais. Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público”(TEIXEIRA, 2002 p.02).

Segundo as colocações de Teixeira (2002) no parágrafo anterior, convergem com a gestão do Município de Palmeirópolis, no período de 2015 a 2019, uma vez que sempre foi objetivo das propostas políticas o atendimento aos vulneráveis do Município. Essa gestão é voltada para o atendimento do social e humano. Por isso, o foco da pesquisa ser em Palmeirópolis, na oferta de atendimento aos idosos, pessoas que contribuiram e contribuem com a sociedade local e precisam ser valoradas e respeitadas.

Ainda, Teixeira (2002) destaca que os objetivos das políticas públicas visam responder a demandas, principalmente, dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda, que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Outra convergência com a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social é a própria gestão municipal.

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios adquirem a autonomia política, através da elaboração de sua própria Lei Orgânica e demais Leis e da escolha direta de seus governantes. Ampliam sua competência em áreas importantes como a política urbana e transportes coletivos. No entanto, todas as ações a serem realizadas nos municípios demandam investimentos, mas a realidade dos municípios são de escassos de recursos e limitações orçamentárias, Teixeira(2002, p.06) acrescenta:

a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20%. No entanto, eles assumem vários encargos e responsabilidades das outras esferas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima.

Objetivando cumprir o atendimento às políticas públicas e a falta de recursos para tais execuções, a gestão recorreu à captação de recursos, visando cumprir a legalidade e ampliar o atendimento. O entendimento constitucional é definido na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, envolvendo ações destinadas à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, portadores de deficiências e inserção no mercado de trabalho. Seus princípios são da universalização, respeito à cidadania, igualdade de acesso aos serviços, transparência, descentralização, participação de organizações da sociedade civil na

formulação das políticas e no controle das ações e a primazia da responsabilidade dos estados/municípios na condução das políticas (TEIXEIRA, 2002).

No sentido de avaliar as políticas públicas de atendimento à pessoa idosa e a captação de recurso, o quadro demonstrativo aponta o quanto a Secretaria de Assistência Social planeja, propõe e executa no atendimento às pessoas velhas.

Em 2019, foram realizadas entrevistas com as famílias de alguns usuários, em especial, daqueles que frequentam o Centro do Idoso desde o início, podendo depor quanto às melhorias que têm sido realizadas durante o processo de atendimento.

Quadro 08 – Valores captados pela Secretaria Municipal de Assistência Social

Valor Captado	Ano
Planejamento para início de captações	2015
RS 3.820,00 RS 94.000,00	2016
RS219. 390,00	2017
RS 199.685,00	2018
RS 419.000,00	2019
RS 935.895,00	

Fonte: SMAS, criado pelo autor(2020).

O questionário das entrevistas, contendo um total de 11 questionamentos, versou sobre conhecer a família, entender a visão da importância do Centro do

Idoso para a sociedade, perceber se as famílias sabem de onde são captados os recursos para manter e implementar ações dentro do Centro, bem como sugerir outras melhorias. Foram entrevistados membros de 06 famílias: filhos, netos e noras dos usuários do Centro. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quadro 09 – Famílias entrevistadas

FAMILIA DO(A)	QUANTOS ANOS RESIDE EM PALMEIRÓPOLIS	RENDA FAMILIAR	ATIVIDADES QUE MAIS VALORA	CONHECIMENTO DE COMO OCORRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Maria Alves	40 anos	2 salários	Hidroginástica	Recursos de Empresas
Elza Dias	40 anos	500 reais	Danças	Imposto das Empresas(Celtins)
Ercilia	20 anos	1,5 Mil e quinhentos reais	Danças, Festas	Não sei como funciona
Gumercinda	47 anos	600 reais	Danças, festas e Hidroginástica	Energisa contribui
Maria Barros	45 anos	Acima de 3 mil reais	Hidroginástica, forró, os lanches, as palestras	Não sei qual a verba
Mariano e Joana	50 anos	3 Mil reais	Hidroginástica, atividades esportivas, forró.	Projetos de parceria da Prefeitura com Empresas

Fonte: formulário das entrevistas realizadas pelo autor (2020).

Pela análise do quadro, pode-se entender que os usuários contribuíram por um grande período de suas vidas no Município. Nesse lugar, possuem raízes, famílias, laços afetivos, econômicos e de pertencimento. A maioria deles são socialmente e financeiramente vulneráveis e necessitam de um espaço que valore e estimule-os, pois vive-se num país altamente preconceituoso com os velhos. Ofertar um espaço onde podem encontrar amizade, respeito, divertimento, alimentação, atividades físicas e outros cuidados, são elementos que podem ampliar o grau de

satisfação e tornar os usuários do Centro do Idoso felizes, afirma Rodrigues (2007).

É interessante que das seis famílias entrevistadas, apenas duas não sabem falar sobre a captação de recursos que a gestão mobiliza para ofertar os serviços ao Centro do Idoso, demonstrando que, no Centro e na comunidade, é discutida e apresentada a forma de trabalho dos servidores e da gestão Municipal, ou seja, uma política pública com ações democráticas, respeitando o que preconiza a Constituição Federal.

Visando conhecer o papel do Centro do Idoso na vida dos velhos, foi questionado a um dos membros da família se percebeu alguma mudança na postura do idoso por ele estar participando das atividades do Centro e obtivemos alguns depoimentos: “ela ficou mais ativa para comunicar, conversar com a gente, lá eles conversam entre eles fazem amizades é isso”, “com certeza convive com mais pessoas principalmente da faixa etaria dela”; a nora de outra frequentadora afirma “mudou pra melhor, são bem mais ativos”. Percebe-se o quanto é importante para os velhos sentirem pertencentes a um espaço, uma sociedade, isso torna-os mais valorados(BEAUVOIR, 1990).

Outra situação de grande importância no papel do Centro do Idoso é trazer o despertar da felicidade e da alegria em seus usuários. Em resposta ao questionamento aplicado a um dos entrevistados, exemplificamos outros depoimentos: “sim, porque antes era uma mulher triste, depressiva, hoje vemos só

felicidade nela, anda muito, melhorou de saúde, super bem agora, vai viver muitos anos". O Espaço de atendimento e lazer é uma grande oportunidade de vida para os velhos, ali, eles se expressam, contam casos, trocam experiências, e até casamento já ocorreu. A felicidade e o bem estar contagiam os velhos. "Sim, ela tá bem mais alegre, mais ativa, como ela mora sozinha ela ficava muito tempo sozinha e lá é o único ambiente para rever os amigos, um local muito bacana pra ela estar participando".

Ao final da entrevista, foi solicitado que a família deixasse alguma mensagem. No estudo, trouxemos alguns relatos, em destaque, algumas palavras chave (BARDIN, 1977, 2007):

Antes não era tão bom o centro dos idosos, hoje com esse prefeito teve muita mudança pra eles, buscaram esse lado, muita melhorias para eles, não temos só que pensar na gente, que o proximo prefeito continua desenvolvendo um trabalho muito

bom, pois teve uma melhoria boa, piscina, salão, tem a van que busca os idosos, os passeios, os amigos secretos (FAMILIA D. ELZA).

Só parabenizar mesmo, o pessoal da assistencia social que cuida, vejo como a minha mãe é muito bem tratada lá, muito bem mesmo, fico muito feliz ela vai e chega muito alegre de lá um ambiente bem bacana para eles (FILHA DE MARIA BARROS).

O que tenho a dizer que todos que estão trabalhando nessa area, ta de parabéns, o alimento, a comida super boa, a assistência esta uma benção, o prefeito e a primeira dama estão de parabéns, que Deus abençoe que continue sempre assim, ou melhore mais ainda (FAMILIARES DE D. GUMERCINDA)

Gostaria até de parabenizar pelo acolhimento que tem lá com os idosos, meu pai e minha mãe são muito bem

tratados, agradecer a equipe que trabalha com os idosos, eles fazem um trabalho que realmente faz o idoso feliz (FILHA DE MARIANO E JOANA).

Um dos destaques que as famílias explicitaram durante as entrevistas foi a questão da felicidade que o Centro e as atividades que oferta proporcionam aos idosos. Segundo Lucas et al (2004), nos tempos atuais, a felicidade é considerada um valor tão precioso e indiscutível que, como um exemplo emblemático, podemos citar a Declaração de Independência dos EUA que registra: "todo homem tem o direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da felicidade". Muitas são as definições de felicidade e a maioria delas faz menção a um estado emocional positivo, com sentimentos de bem-estar e prazer (RODRIGUES, 2007).

Diversos estados e experiências podem produzir felicidade, alguns exemplos são: o amor, a alegria, a saúde, a saciedade, o prazer sexual, o contentamento, a segurança e a serenidade. Emoções como tristeza, medo, raiva e nojo, além de estados afetivos, como ansiedade, angústia, dor e sofrimento, costumam diminuir a felicidade (FERRAZ, TAVARES, ZILBERMAN, 2007). O amor, a atenção e o bom atendimento ofertados aos velhos no Centro de Atendimento de Palmeirópolis reverbera felicidade.

Com o objetivo de analisar o papel do Centro do Idoso de Palmeirópolis no tocante ao atendimento aos velhos da cidade, foi aplicado um questionário básico para entender o grau de satisfação com o atendimento e as atividades que são desenvolvidas no

Centro no ano de 2019.

Quadro 10 – Grau de satisfação dos idosos em relação ao atendimento do Centro:

Questionário de satisfação aplicado para 30 idosos – Idade entre 60 – 86 anos			
Serviços ofertados	Pouco Feliz (0-4)	Muito Feliz(4-7)	Otimamente feliz (7-10)
Espaço Físico		10%	90%
Alimentação		60%	40%
Hidroginástica	10%	80%	10%
Transporte	10%	30%	60%
Festas no Centro		10%	90%
Palestras educativas	50%	50%	
Atividades físicas	30%	60%	10%
Viagens/passeios	40%	50%	10%
Acessibilidade	20%	80%	
Jogos	40%	60%	
Agendamentos médicos/vacinas	10%	80%	10%
Atendimentos dos funcionários		20%	80%

Fonte: Questionário de satisfação, criado pelo autor (2019).

Em relação aos dados apresentados no quadro, devemos considerar que houve alguns equívocos nas respostas, pois as atividades que eles não gostam de fazer consideraram pouco felizes e não compreenderam que deveriam avaliar de forma geral, como oferta dos serviços à comunidade. No entanto, é perceptível o grau de satisfação com os serviços e atendimentos dispensados a eles por meio das atividades do Centro do Idoso de Palmeirópolis.

A Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso, esse documento, como já foi explicitado anteriormente, é composto por Títulos, Capítulos e Artigos que versam sobre os direitos dos

idosos, bem como a forma de exigir a garantia destes direitos e o monitoramento do cumprimento. No entanto, objetivando a não repetição da temática, utilizaremos o Parágrafo único que trata das garantias das prioridades, dentro das disposições preliminares. O objetivo é demonstrar o atendimento realizado pelo Centro do Idoso de Palmeiropolis, frente ao Parágrafo único do Estatuto do Idoso, como exemplificação ao atendimento à Lei, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 11 – Estatuto do Idoso – Centro do Idoso:

Estatuto do Idoso-Garantia de prioridade	SAS/Centro do Idoso
I- atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;	Disponibiliza cartazes nos espaços públicos, orientativos – O Centro traz serviços para dentro do ambiente;
II- preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas;	A Secretaria de Assistência Social(SAS), uma vez que de comum acordo com a gestão municipal, realiza um trabalho diferenciado para que o idoso dé preferência a este trabalho;
III- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção do idoso;	Atende significativamente este item;
IV-viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;	Há um atendimento intergeracional no Centro;
V- priorização do atendimento ao idoso, por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto, dos que não possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;	A SAS está em finalização da construção da Casa Lar ao lado do Centro do Idoso, visando atender esta demanda;
VI- capacitação e reciclagem de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços ao idoso;	Em parceria com a Secretaria Mun. de Saúde, há formação neste item;
VII- estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;	De maneira geral, a SAS investe em informações, bem como em ações dentro do Centro do Idoso, ligando a família dos idosos atendidos;
VIII- garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social local;	Em parceria entre as Secretarias Municipais, há um atendimento cooperativo;
IX- prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.	De maneira geral, a Lei garante, no caso dos atendidos no Centro, são mínimos os que possuem posse e que tenham que realizar a restituição.

Fonte: Lei 10.741/03-Dados da Secretaria do Centro -Criado pelo autor(2020).

É importante destacar que dos nove itens do Parágrafo único, que são direitos universais, apenas o IX o Centro não realiza, no entanto, pode indicar, orientar atendimento, e também, a grande maioria dos velhos é de baixo poder aquisitivo, como demonstrado anteriormente. Os demais itens que versam sobre educação, saúde, lazer, atendimento asilar (ILP), políticas públicas, convivência do idoso, envolvimento da família, relações intergeracionais, todos os itens são atendidos pelo Município de forma geral e pelo Centro de Atendimento ao Idoso. O gráfico abaixo aponta a avaliação dos usuários que preencheram os questionários e avaliaram os serviços ofertados pelo Centro do Idoso:

Gráfico 15 - Avaliação:



Fonte: questionários aplicados(2020).

Portanto, pode-se afirmar com base no estudo, que a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Centro de Atendimento do Idoso de Palmeirópolis, realiza com qualidade o atendimento às políticas públicas de atendimento à pessoa velha.

5.2 Estudo de Caso: Centro do Idoso de Palmeirópolis

Segundo Prodanov(2013), um estudo de caso caracteriza-se pela análise exaustiva dos conteúdos que envolvem a temática estudada. Neste caso, o estudo refere-se ao Centro do Idoso da cidade de Palmeirópolis. A caracterização refere-se ao atendimento social que é ofertado aos idosos do referido Centro. Para manter as atividades com qualidade, a gestão recorreu à captação de recursos, bem como para ampliação da oferta de serviços.

O Centro do Idoso foi criado e inaugurado em 2002, na Gestão Municipal do senhor Jonas Macedo, e na Gestão Estadual do senhor Marcelo Miranda. A senhora Iraildes Gomes da Silva iniciou a coordenação do referido Centro e encontra-se, até a presente data, nesta atividade. Por meio de Emenda Parlamentar, direcionada pelo Deputado Pastor Amarildo, o Centro do Idoso foi construído. Inicialmente, os idosos entendiam que o Centro era um asilo, poucos queriam frequentar, algo que denotou muito esforço para mudar a perspectiva de envolvimento dos idosos. No entanto, com um trabalho minucioso de atendimento, conscientização e a divulgação do trabalho do Centro, foi-se ampliando a procura pelo atendimento ao Centro.

Segundo relatos históricos, a mudança no atendimento e a ampliação da oferta de serviços ocorreram com maiores investimentos, a partir de 2016, quando a Secretaria Municipal de Assistência Social empenhou-se na gestão e captação de recursos

para melhorar o atendimento aos idosos, frequentadores do Centro do Idoso. Atualmente, a Instituição atende 154 idosos com idade que variam de 50 a 95 anos. Todos são cadastrados no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fomalecimento de Vínculos (SISCFV).

A captação de recursos auxiliou na oferta de mais e melhores serviços. Visando atender a todos. Ao lado do Centro do Idoso, há a finalização de uma obra que será uma casa de permanência de velhos, ou seja, uma Instituição de Longa Permanência (Relatório da Secretaria do Centro, 2019).

No Centro do Idoso, há atendimentos de saúde, como palestras, vacinas, e encaminhamentos médicos. O Centro conta com um educador físico que realiza o atendimento de hidroginástica duas vezes por semana. A piscina foi inaugurada em 01/07/2016. É uma piscina que atende um total de 60 idosos semanalmente. O Centro oferta lazer e entretenimento aos velhos e velhas, como bailes, confraternizações, recreação, ações sociais, e comemoração dos aniversários dos idosos. Durante as atividades de atendimento, é oferecido um lanche, almoço e lanche da tarde. O(a) velho(a) vai para o Centro sem nenhuma preocupação com as refeições que são balanceadas e acompanhadas por nutricionista. São, carinhosamente, recepcionados e orientados quanto a outros atendimentos, como aposentadorias, aconselhamentos familiares ou de saúde. O Centro cuida do bem estar dos idosos e de seus interesses; atende velhos autônomos e, no caso de velhos dependentes, serão

atendidos no ILP que, atualmente, segundo semestre de 2020, está construída, imagens nos anexos.

O espaço físico do Centro possui acessibilidade em sua arquitetura: banheiros equipados e confortáveis, armários para guardarem pertences, haja vista que muitos vêm de longas distâncias e desejam tomar banho e trocar de roupa, para ficarem mais confortáveis nas atividades, ou mesmo para participarem das atividades na piscina. O salão, criado em 13/09/2018, é bem ventilado e amplo, podendo atender cerca de 400 pessoas. Os bailes, realizados no Centro, são com sanfoneiros da localidade.

O Centro ampliou o atendimento aos idosos com baixa capacidade de locomoção, que desejavam participar das atividades. Por esse motivo, este Centro adquiriu um transporte, uma Van, com recursos de captação e, atualmente, transporta um grande número de idosos. O veículo tem capacidade de transportar 16 pessoas. Assim, faz várias viagens nos dias de atividades, visando atender todos que necessitam do transporte. Há uma cuidadora que acompanha os idosos no veículo, para auxiliar no embarque e acomodação dos usuários; um motorista para realizar o serviço de transporte e uma servidora da Secretaria que, também, acompanha e auxilia os velhos. Os recursos de repasse do Governo Federal para a manutenção das políticas públicas de atendimento à pessoa idosa são poucos e, se não fosse a captação de recursos, não daria para manter os atendimento e implementar a política.

Atender os mais vulneráveis e aqueles que

empenharam muitos anos de sua vida e de sua juventude na melhoria e no progresso do Município, é uma visão humana e de valoração que a gestão municipal oferta aos seus municípios. Portanto, não é gasto, mas investimento na melhoria da qualidade de vida, na redução do uso de medicamentos e idas dos velhos aos postos de saúde.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirma-se que os recursos para financiar as ações de um município nas várias vertentes de atendimento, envolvendo a oferta de ações, a partir das políticas públicas, estão cada vez mais escassos. Quais são os atendimentos efetuados pela Secretaria de Assistência Social? A partir disso, apresenta-se o objetivo geral da pesquisa: Avaliar o projeto de atendimento à pessoa idosa, por meio de ações sociais promovidas pela Secretaria de Assistência Social do Município de Palmeirópolis, com base na captação de recursos no período entre 2015 e 2019.

Para chegar à concretização do objetivo geral, apresentamos três objetivos específicos: a)Descrever sobre políticas públicas, o envelhecimento humano e as Leis de amparo à velhice, entrelaçando com as responsabilidades sociais do Município de Palmeirópolis; b)Discutir como a Secretaria de Assistência Social do Município realiza a captação e execução de recursos para atender aos velhos de Palmeirópolis; c)Apontar se houve melhorias no

atendimento à pessoa idosa, por meio das ações sociais promovidas pela Secretaria de Assistência Social realizadas no Município.

Conforme apresenta este documento dissertativo, a proposta foi concluída, uma vez que demonstrou os valores e os caminhos percorridos pela Secretaria de Assistência para captar os recursos. Apontou a aplicação desses recursos, descreveu sobre as políticas de atendimento à pessoa idosa, traçou um perfil dos usuários do Centro do Idoso e demonstrou o grau de felicidade dos velhos no atendimento que recebem no período das atividades realizadas no Centro. Demonstrou, também, a avaliação da família de alguns usuários, sendo referência como as demais famílias.

Tivemos um problema com o número bem menor de questionários aplicados, devido à pandemia do coronavírus, mas, visando a preservação da saúde de todos, os dados apresentados amparam todos os demais.

O bom atendimento realizado pelo Centro do Idoso e os recursos captados são um diferencial na gestão municipal e nas políticas públicas desenvolvidas no Município de Palmeirópolis. Destaca-se, ainda, que o atendimento realizado pelo Centro traz felicidade para os idosos, melhora a qualidade de vida deles e deixa-os mais saudáveis, pois diminui a solidão, aumenta a autoestima e melhora a saúde física com os exercícios e as danças, ou seja, torna a vida dos velhos e velhas atendidos mais valorada.

Avalia-se o projeto de atendimento à pessoa

ídosa como um projeto qualitativo, que desmembrou-se na Casa de Permanência, inaugurada em agosto do corrente ano (evidência nos anexos). A Casa vai atender os velhos que não possuem famílias para ampará-los, uma preocupação e um dos focos da gestão municipal.

Verificou-se que a Secretaria de Assistência Social captou, no período de 2015 a 2019, um total de recursos no valor de R\$ 935.895,00. Além disso, esta Secretaria realiza o planejamento para a captação de recursos e aplica-os de forma correta, melhorando a cada ano o atendimento à pessoa velha. Como produto deste estudo, além deste trabalho dissertativo, apresenta-se uma cartilha em formato de e-book, demonstrando como captar os recursos e como estes podem ser aplicados, podendo ser um instrumento de orientação aos gestores na captação de recursos, visando implementação das ações de gestão municipal.

A hipótese elencada na proposta da pesquisa: a captação de recursos municipais, que traz um diferencial para o município, oportuniza desenvolvimento para a região, oferta melhor condição de atendimento à pessoa idosa e auxilia no cumprimento do Estatuto do Idoso é totalmente confirmada, pois a SMAS trouxe melhoria no atendimento aos velhos e implementou as políticas públicas no cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa.

É importante destacar os próximos desafios a serem pesquisados, tais como: a questão do controle social por meio dos membros do Conselho do Idoso, bem como a análise específica sobre a saúde dos

velhos relacionada ao atendimento do Centro. Além disso, deve ser considerado o aumento da captação de recursos, visando outros atendimentos sociais no Município.

Conclui-se que esta iniciativa de gestão, a captação de recursos e a implementação de políticas públicas que atendam os mais vulneráveis, não somente velhos e velhos, possa ser um orientador e estimulador aos demais gestores do Estado do Tocantins, melhorando a vida dos tocantinenses.

7. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M.; AZEVEDO, S.de.; A capacitação dos conselhos setoriais em influenciar políticas públicas: realidade ou mito? In: Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Orlando Alves dos Santos Junior (orgs) Editora: Revan, Rio de Janeiro, 2004.

ABUMANSSUR, H.O.; HARDWICK, M. (Orgs). Captação de recursos da Teoria a Prática. Baseado no material escrito por Ann Speak, Boyd McBride e Ken Shipley para as oficinas de Desenvolvimento e Captação de Recursos do Projeto Gets - United Way do Canadá, S/d.

<http://www.escoteirossc.org.br/download/Guia%20sobre_CAPTACAO%20DE%20RECURSOS_Da%20teoria%20A%20pratica.pdf> Acesso em 26/11/2019.

ALVES, M. G. Aprendizagem ao longo da vida: entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. Revista Portuguesa de Educação, 2010, 23(1), p. 7-28, CIED - Universidade do Minho. Portugal, 2010.

ANDRADE, M.G.V.de, Organização do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto as empresas privadas. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. UFSC, Florianópolis, SC. 2002.

ANHUCCI,V.; SUGUIHIRO, V. L. T. A construção

do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na perspectiva da participação e do controle social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 47 - 54, jan./jun. 2010.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol.14, n.40

ARRETCHE, Marta T.S. “Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, no.51, (p. 7-10). São Paulo, ANPOCS, 2003.

AZEVEDO, S. Política PÚblicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais. Orlando Alves dos Santos Junior (org.) Rio de Janeiro: fase, 2003.

BACKZO, B. A imaginação social. In:Enciclopédia Eunaudi: (v. 5) Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa

Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Presses Universitaires de France. Edições 70. 1977 BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa-Portugal: edições 70, 2007.

BEAUVIOR, Simone. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Giafranco. Dicionário de política. 1909. trad. Carmen C, Varriale et al. Coord. Trad. João Ferreira. Rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOBBIO, N. Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos. Michalangelo Bovero; Tradução Daniela B. Versiani, Rio de janeiro:Elsevier, 2000.

BORGES, Ana Paula Abreu; COIMBRA, ngela Maria Castilho. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2008.

BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, P. G. de; PEREIRA, J. R. Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil. In Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4, 2010, Lavras.

Anais..., Lavras: INCUBACOOP, 2010. 1 CD ROM.

BRANCALEON, B. B., YAMANAKA, J. S., CASTRO, J. M., CUOGHI, K. G., & PASCHOALOTTO, M. A. C. (2015). Políticas Públicas: conceitos básicos. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto.

BILAC, Doriane B. N. Envelhecimento e políticas compensatórias: O Benefício de Prestação Continuada no Município de Palmas, Tocantins. Tese de doutorado, UNB, Brasília, 2014.

BRASIL, Estatuto do idoso: Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL, Felipe G.; CAPELLA, Ana C. N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. Revista Política Hoje - Volume 25, n. 1 (2016) - p. 71-90

BRASIL, Lei 10.741, 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003.

BRASIL, Lei 8.842, 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 05 jan. 1994. p.77.

BRASIL, Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9694/96<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 05 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: MPAS, 1994.

BRASIL. Lei n. 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do idoso. -Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

BULLA, Leonia C.; KAEFER, Carin O. Trabalho e aposentadoria: as repercuções sociais na vida do aposentado. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. E. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. et alli. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

2000.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção na América Latina. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada), 2007.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARGO, Mariângela F.(org). Gestão do Terceiro Setor no Brasil. São Paulo: Futura, 2001.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO,F.G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2011.

CANÇADO, A.C.; VILLELA, L.E.; SAUSEN, J.O.; Gestão social e gestão estratégica: reflexões sobre as diferenças e aproximações de conceitos. _ Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 69-84, set./dez. 2016.

CARDIA, N. Percepção dos direitos humanos: ausência de cidadania e a exclusão moral. In:M. J. P. Spink (org.) A cidadania em construção. São Paulo: Cortez, 1994.

CARSTENSEN, L. L.; FRIED, L. P. (2012). The meaning of old age. In Work Economic Forum (Ed.), Global population ageing: Peril or promise?(15-17).

CARVALHO FILHO, E.T. Fisiologia do envelhecimento. In: PAPALEO NETO, M.

Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996. CASTRO, O. P. Envelhecer: um encontro inesperado? Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHASSOT, J. P.; ALLEBRANDT, S. L. Gestão social e critérios de cidadania deliberativa presentes em espaços públicos: o caso dos conselhos municipais de desenvolvimento do noroeste colonial gaúcho. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

CRUS, J.; AIRES, K.; CUNHA, j.(orgs) Orientações aos municípios sobre regulamentação da política municipal de Assistência Social. Brasília, 2015.

DAMASCENO, F. S.; CUNHA, Marina Silva da. Determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. *Teoria e Evidência Econômica* - Ano 17, n. 36, p. 98- 125, jan./jun. 2011.

DEBERT, G. G. (1999). A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo/Fapesp, 1999.

DIAS, A. C. G. Representações sobre a velhice: o ser velho e o estar na terceira idade, In: CASTRO, Odair P. (Org.). *Velhice, que idade é esta?* Porto Alegre: Edit. Síntese Ltda., 1998.

DUARTE, M. Y. M. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. SP: Atlas, 2006.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: JZE, 2000.

ELTZ GD, ARTIGAS NR, PINZ DM, MAGALHÃES, CR. Panorama atual das universidades abertas à terceira idade no Brasil. *Kairós* [Internet]. 2014 [citado em 25 mar 2020]; 17(4):83-94. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/kairos/article/view/23555>

FARAH, Marta F. S. “A contribuição da

Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas". In Marques, E. e Faria, C. A. P. A Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz. 2013

FAURÈ, Edgar. Aprender a ser. La educación del futuro. Madrid: Alianza/Unesco, 1972. FERRAZ, Renata Barboza; TAVARES, Hermano and ZILBERMAN, Monica

L.. Felicidade: uma revisão. Rev. psiquiatr. clín. [online]. 2007, vol.34, n.5, pp.234-242.
ISSN 1806-938X. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000500005>.

FERREIRA, Lucilene; SIMÕES, Regina. Idoso Asilado: Qual sua imagem. 1^a ed. – Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2011.

FILHO, F.A.N. Rede EnvelheSer, uma proposta tecnológica à disposição dos mais velhos: estudo de caso na Universidade da Maturidade, Palmas, Tocantins. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Tocantins. Orientadora: Dra. Neila Barbosa Osório. Palmas, Tocantins, 2018.

FISCHER, T. M. D. ; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A. de; ANDRADE, R. A.;
WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. Revista de Administração Pública.

Rio de Janeiro, V 40, nº 5, Set/out. 2006.

FUENTES, N.; ROJAS, M. (2001) – Economy theory and subjective well being: Mexico – Social Indicators Research (53), 289- 314.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4^a edição. Editora Atlas, São Paulo, 2002.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GORDILHO, A.; SÉRGIO, J.; SILVESTRE, J. Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção ao idoso. Rio de Janeiro: UNATI, 2000.

GUIMARÃES, M.. Para uma (re) Educação dos Idosos do Grupo “PROGRAMA DA MELHOR IDADE” de Paraíso/Tocantins, Frente às Mudanças do Mundo Contemporâneo. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação. Lisboa, 2011.

GROISMAN, D. Asilos de velhos: passado e presente. Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, Porto Alegre, v. 2, p. 67-89, novembro 1999.

HADDAD, E. G. M. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O trabalho a partir dos 50 anos de idade - pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007 (PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 21). Rio de Janeiro, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014 (PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 34). Rio de Janeiro, 2014.

JUSTO, J.S.; ROZENDO, A. Da S. A velhice no Estatuto do Idoso. ESTUDOS E PESQUISAS EM

PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 10, N.2, P. 471-489,
2º
QUADRIMESTRE DE 2010
<<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a12.pdf>>

KACHAR, Vitória. (org) Longevidade: um desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. Ed. Athas, SP. 2007.

LANDIM, Leilah. [on line] O momento de pensar na desconstrução do nome ONG. In: Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS. Revista do Terceiro Setor -RETS. Disponível em: <<http://notitia.rits.org.br/pub/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=3&dataDoJornal=1011364719000>> Acesso em: 20/09/ 2019.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LUCAS, R. E.; CLARK, A. E.; GEORGELLIS, Y. & DIENER, E. Unemployment alters the set point for life satisfaction. Psychological Science - 15(1), 8-13,2004.

MACEDO, M.L.L.; OSÓRIO, N.B.; NETO, L.S.S. Estatuto do idoso: caminhos e descaminhos na vida do acadêmico da universidade da Maturidade. Anais Congresso Internacional de Tecnologia e Inovação em Gerontologia. Brasilia, Maio de 2018.

MAGALHÃES JR., H. M. Regulação Assistencial: a busca de novas ferramentas no SUS para enfrentar o desafio de garantir a assistência com equidade. In: Revista Pensar BH, fev-abr, 2002.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 200

MELO, Marcus A. “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In Miceli, Sergio (org.). O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Vol. 3: Ciência Política. (pp. 59-99). São Paulo: Sumaré/Anpocs; Brasília: CAPES. 1999.

MORAGAS, R. M. Gerontología social: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

NETO, Antônio J. A Universidade Aberta para a Maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. In: KACHAR, Vitória. Longevidade: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

NORONHA, Andrius Estevam. Conceitos Básicos em Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. Revista

Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR, V.2, n.2, p. 74-86, mai/ago.2006.

NERI, A. L. Palavras-chave em gerontologia. Campinas: Alínea, 2004.

OLIVEIRA, A. A, 2018, 141f. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas: a imagem dos sem-tetos e de sua causa no Jornal do Tocantins (1998-2007) – Dissertação de (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Palmas – Curso de Pós Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, Palmas-TO,2018.

OLIVEIRA, Denize C. de.; SIMONEAU, Adriana S. Os programas universitários para pessoas idosas (UnATIs): um estudo de representação social. Revista de Psicologia.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. <http://www.revispsi.uerj.br/v12n2/artigos/html/v12n2a08.html> Acesso em 08 de abr.2018

OLIVEIRA, Fátima B.de. Política de Gestão Pública Integrada. Rio de janeiro:Editora FGV, 2007.

OLIVEIRA. João Batista Araújo. Reforma da educação: por onde começar. Belo Horizonte: Instituto Alfa e Beta, 2006.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda de.; RODRIGUES, Wladecy. Processo de Apropriação Espacial: Contribuições para estudos futuros. IN: SOUSA, Cidoval Moraes de; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano Albino. (Organizadores) Celso Furtado a esperança militante (Desafios). Campina Grande. EDUEPB, 2020.

OMS (Organização Mundial de Saúde). Resumo: Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Genebra: OMS; 2015.

OSÓRIO, N. B. Universidade da Maturidade/Universidade Federal do Tocantins: A sensibilização do Ser Humano acima de 45 anos para um Envelhecimento Digno e Ativo. Palmas - Tocantins, 2006.

OSÓRIO, N. B.; SILVA NETO L. S.; MONTEIRO de S. D. Universidade da Maturidade: ressignificando vidas. In: VI JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís, Maranhão, Universidade Federal do Maranhão 2013.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no séc.XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. et al.(Orgs.). Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Kroogan, 2002.

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? In: PAIVA, V.; RATTNER, H. Educação permanente e capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1985, p. 7-63.

PAVANI, R. M. G. A imagem da velhice. In: TREVISAN, Leonardo; CASTRO, Maria da Conceição de Araújo (org.). Transformações no trabalho. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Universidade FEEVALE. 2^a edição. Novo Hamburgo, RS, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 85, p.109-116, mar. 2006.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRÓPOLIS. PALMEIRÓPOLIS, TOCANTINS, 2019.

RIBEIRO, L.C.Q. República, democracia e reforma social. In: *Políticas públicas e gestão*

local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais. Orlando Alves dos Santos Junior (org.) Rio de Janeiro: fase, 2003.

RODRIGUES, A. Bem estar subjetivo de comerciantes e comerciários de Ribeirão Preto e Região. Dissertação de Mestrado – USP- 2007.

RODRIGUES, Bárbara da Glória.; SILVA NETO, Luiz Sinésio da.; SANTOS, Leidiene Ferreira.; BRITO, Tábatta Renata Pereira de.; NUNES, Daniella Pires. Processo de envelhecimento nos municípios do Estado do Tocantins. Revista CEREUS, Vol 11, nº 4, 2019.

SEPLAN- Secretaria de Planejamento do Tocantins. Relatório situacional, Palmas, Tocantins, 2017.

SECCHI, L. Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, J. A. F. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. Ser Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012. Disponível em:periodicos.unb.br . Acesso em: 12/12/19.

SIMONEAU, Adriana; OLIVEIRA, Denize Cristina

de. Programa universitário para pessoas idosas: a estrutura da representação social. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 63, n. 1, p. 11-21, 2011.

SOUZA, Celina. “Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. In Hochman, G., Arretche, M. e Marques, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2007.

SOUZA, Maria Luiza. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. Sociologias. Ano 8 (16), (p. 20-45) jul-dez. Porto Alegre, UFRGS. 2006.

STUART-HAMILTON, I. A psicologia do envelhecimento: uma introdução. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SELIGMAN, M. E. P. & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: an introduction. American Psychology- 55(1), p. 5-14.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista AATR, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas>. Acesso em: 21/10/2019.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo*. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, R, Floresta, C. – Idosos no Brasil estão cada vez mais ativos – *Folha de São Paulo*– cotidiano, p.1., São Paulo, 6 de agosto de 1999.

VEENHOVEN, R. Is happiness a trait? *Social Indicators Research* - 32, 101- 160, 1994.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa Qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Fábio Pereira Vaz

Secretário de Estado da Educação, licenciado em Letras pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2003), pós-graduado Lato Sensu em Metodologia de Ensino e Linguagens pela EDUCON (2009) e mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (2020). Em sua atuação profissional já passou pela Educação, Segurança Pública, Juventude e área financeira, dentre outras o que certamente ampliou conhecimentos acerca de políticas públicas. Servidor efetivo da rede estadual de ensino, conta com experiência em sala de aula e gestão pública. Também atuou como vereador do município de Palmeirópolis (2005 a 2008), prefeito de Palmeirópolis (2009 a 2012), prefeito reeleito (2017 a 2020). Área de interesse para estudo e pesquisa: educação infantil, estudos da língua portuguesa e literatura, gestão pública

Waldecy Rodrigues

Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) com mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Doutorado em Sociologia no Centro de Estudos Comparados sobre as Américas (UnB) e Pós-Doutorado em Economia (UnB). Atualmente é Professor dos Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Modelagem Computacional de Sistemas , ambos, da Universidade

Federal do Tocantins. Foi Coordenador Adjunto de Programas Profissionais da Área de Planejamento Urbano e Regional no Brasil - CAPES (2018 - 2022). Atualmente é Coordenador Adjunto para Programas Acadêmicos da Área de Planejamento Urbano e Regional no Brasil - CAPES (2023 -). Foi Pró Reitor de Pesquisa e Pós Graduação (2012-2016). Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Área de Planejamento Urbano e Regional. Diretor da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural - SOBER (2019 - 2022). Tem experiência na área de Desenvolvimento Regional, Economia Ecológica e Avaliação de Políticas Públicas.

Thiago José Arruda de Oliveira

Graduado em Ciências Econômicas, mestre em Desenvolvimento Regional, doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e estágio pós-doutorado em Desenvolvimento Regional. Possui experiência em análises socioeconômicas relacionadas à produção agropecuária. Atualmente é pesquisador bolsista pós-doutorado na Embrapa Pesca e Aquicultura, onde desenvolve estudos na área da governança e sustentabilidade da produção aquícola brasileira.

Ruhena Kelber Abrão Ferreira.

Graduado em Pedagogia e Educação Física (FURG). Pós Doutor em Políticas Públicas (UMC) e em Educação (UFT). Doutor em Educação em Ciências e Saúde (UFRGS). Mestre em Educação Física (UFPel).

Especialista em Psicologia de grupos e desenvolvimento de equipes (IECC). Tratamento dos Transtornos de Ansiedade e Síndrome do Pânico (IEEC) Neurociências Cognitivas e Processos Psicológicos (IECC).. Professor Adjunto III da Universidade Federal do Tocantins (UFT) lecionando na graduação em Educação Física e Psicologia. Coordenador e Professor Permanente junto ao mestrado profissional em Educação Física e no Doutorado em Educação na Amazônia. Bolsista em Produtividade e Pesquisa (FAPT).. Presidente da Editora Universitária da UFT (EDUFT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas de Currículos Educacionais das/para/com minorias sociais nortistas amazonidas (GEPCE/Minorias) e HEALth, pHYsical activity and Behavior ReseArch (Healthy--BRA) group. Foi Diretor Interino do Câmpus Universitário de Miracema (2021), vice diretor em substituição do Câmpus de Miracema gestão (2017-2021). Assessor Técnico junto a rede TOPAMA - Ministério da Saúde e UFT. (2019-2023). Desde 2008 atua no Ensino Superior. Tem experiência na área da docência e gestão na Educação e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Infâncias, Formação de profissionais para a docência, Estudos do Lazer, Educação especial, inclusiva e adaptada, bem como Gestão, Planejamento, Políticas Públicas em Saúde e Ciclos de vida

Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini
Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Karylleila dos Santos Andrade

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Werley Teixeira Reinaldo

Conselho Editorial

Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes

Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas

Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar

Wilson Rogério dos Santos

Diagramação: Renato Ferreira Brito

Arte de capa: Ruhena Kelber Abrão

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.
